

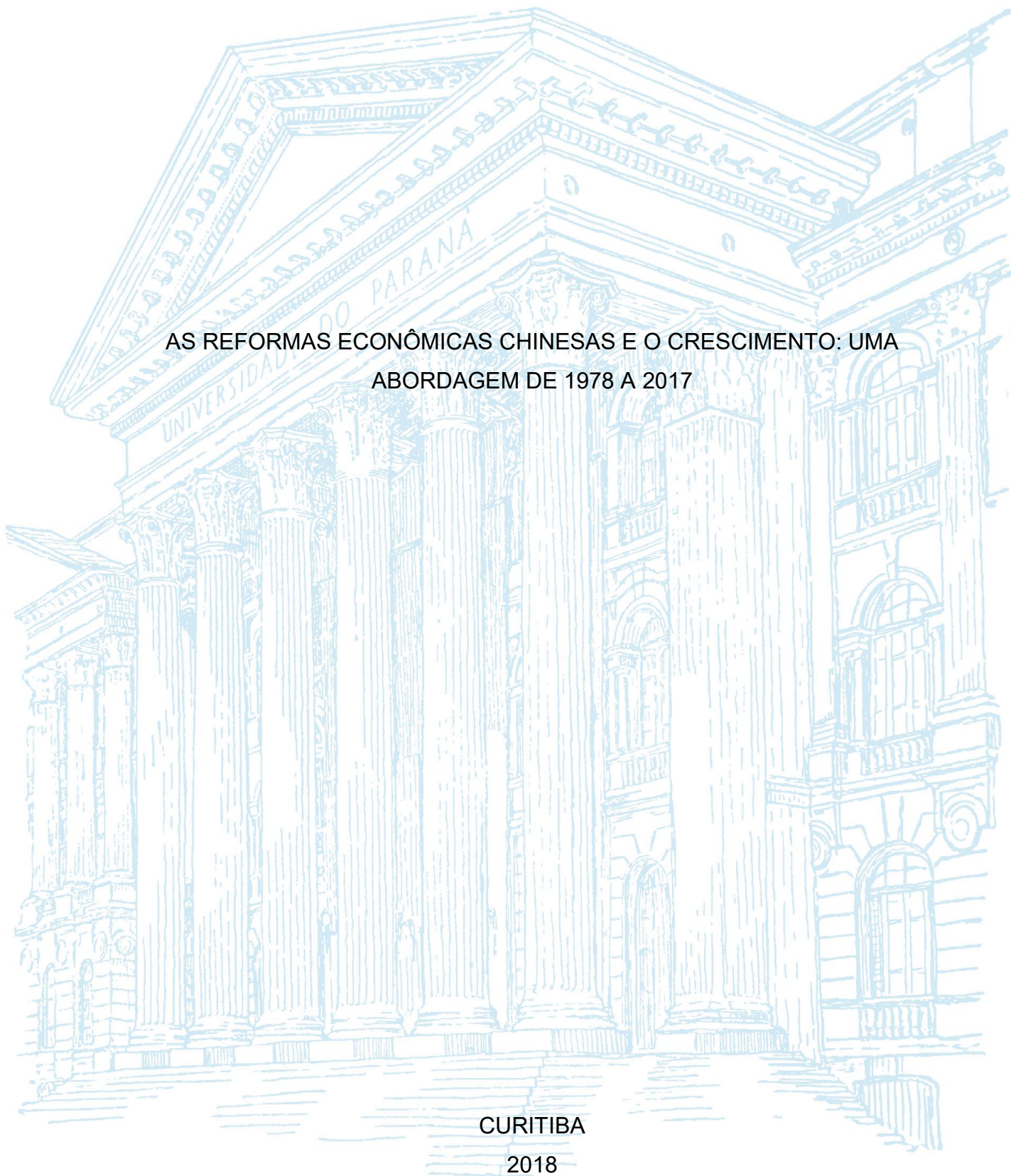
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO MORENO DE SOUZA

AS REFORMAS ECONÔMICAS CHINESAS E O CRESCIMENTO: UMA
ABORDAGEM DE 1978 A 2017

CURITIBA

2018



EDUARDO MORENO DE SOUZA

AS REFORMAS ECONÔMICAS CHINESAS E O CRESCIMENTO: UMA
ABORDAGEM DE 1978 A 2017

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO MORENO DE SOUZA

AS REFORMAS ECONÔMICAS CHINESAS E O CRESCIMENTO: UMA
ABORDAGEM DE 1978 A 2017

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Demian Castro

Orientador – Departamento de Economia, UFPR

Prof^a. Dra. Angela Welters

Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 14 de dezembro de 2018.

Nada no mundo pode tirar o lugar da persistência. O talento não; nada é mais comum do que homens fracassados mas talentosos. O gênio não; gênio não reconhecido é quase um provérbio. A educação também não; o mundo está cheio de homens instruídos desamparados. Persistência e determinação são onipotentes. O lema "Vá em frente" resolveu e ainda resolverá os problemas da raça humana.

Calvin Coolidge

RESUMO

A China apresenta de 1978 a 2017, estatísticas de um sustentado crescimento econômico. O período de crescimento abordado coincide com o início das “Reformas Econômicas” na China com Deng Xiaoping. Sendo assim, o objetivo deste estudo é apresentar possíveis conexões entre o crescimento observado no período 1978 a 2017, com algumas das políticas reformistas que se observaram no período. Para isso, foram selecionadas seis políticas reformistas, identificando o momento de formulação, aplicação e permanência das mesmas na economia. Como resultado do estudo, verificou-se que neste período as políticas se caracterizaram por formarem estruturas de mercado na China. Verificou-se também uma interdependência entre as políticas, e concluiu-se que a trajetória do crescimento aponta para a relevância das reformas na estabilidade e crescimento do produto chinês.

Palavras-chave: China. “Reformas Econômicas”. Crescimento.

ABSTRACT

China presents since 1978 to 2017, a sustained statistics in its economic growth. The time is consonant with Deng Xiaoping's policy of "Economic Reforms". The objective of this monography consists in show some connections between the economic growth, and the reformists policies at that time. For this, were selected six policies, identifying their way of formulation, application and duration at economic scenario. As a result, were identified that these policies stay characterized by implant market structures in China. Also were identified an interplay between these policies, concluding a relevance of them at China's economic growth.

Keywords: China. "Economic Reforms". Growth.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RURAL CHINESA (% da população).....	31
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NA INDÚSTRIA POR TIPO DE PROPRIEDADE, ANOS SELECIONADOS (%)	44
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE ATIVOS DA INDÚSTRIA POR TIPO DE PROPRIEDADE, ANOS SELECIONADOS (%)	44
GRÁFICO 4 - RESERVAS INTERNACIONAIS CHINESAS (em milhões de USD)...	49
GRÁFICO 5 - INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA, 1982-2017 (1000 USD)	50
GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS CHINESAS, 1982-2017 (1000 USD).....	51
GRÁFICO 7 - TAXA OFICIAL DE CÂMBIO CHINESA, 1960 - 2017 (RMB/USD).....	53
GRÁFICO 8 - CRESCIMENTO DO PIB CHINÊS NO PERÍODO 1961 - 2017 (% anual)	56
GRÁFICO 9 - PIB CHINÊS NO PERÍODO 1961 - 2017 (Bilhões de USD a preços atuais)	57
GRÁFICO 10 - VALOR ADICIONADO POR SETOR, ANOS SELECIONADOS 1978-2017 (% do PIB).....	59
GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO DO PIB CHINÊS NO PIB MUNDIAL, ANOS SELECIONADOS 1978-2017 (% do PIB mundial ; USD constantes de 2010)	60
GRÁFICO 12 - INFLAÇÃO CHINESA, ANOS SELECIONADOS 1980-2016 (% anual).....	61
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CHINESA POR LOCAL DE DOMICÍLIO, ANOS SELECIONADOS 1978-2017	61
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO EM ATIVOS FIXOS ENTRE 1982 E 2010 (%)	62

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EMPRESAS CHINESAS NO RANKING DA FORTUNE 500 (2007) ...45

QUADRO 2 - EMPRESAS CHINESAS NO RANKING DA FORTUNE 500 (2017) ...46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA ÁREA RURAL CHINESA, ANOS SELECIONADOS ENTRE 1990-2016.....	32
TABELA 2 - CONTROLE DOS ATIVOS FINANCEIROS CHINESES 1978 – 1984 (%).....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agricultural Bank of China
BOC - Bank of China
BP - Balanço de Pagamentos
CCB - China Construction Bank
ECPs - Empresas de Cantão e Povoado
EUA - Estados Unidos da América
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
FBCI - Formação Bruta de Capital Intensivo
ICBC - Industrial and Commercial Bank of China
IDE - Investimento Direto Externo
IED - Investimento Estrangeiro Direto
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PBOC - People's Bank of China
PCCh - Partido Comunista Chinês
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
RMB - Renminbi
RPC - República Popular da China
TVEs - Township and Village Enterprises
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD - United States Dollar
ZEEs - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA PRÉ-REFORMAS DE 1978	17
1.1 UM PAÍS MILENAR	17
1.2 MAOÍSMO: A VERSÃO CHINESA DO COMUNISMO	20
1.3 O AFLORAMENTO DE INSTRUMENTOS DE MERCADO	21
1.4 A REVOLUÇÃO CULTURAL	22
1.5 O AVIZINHAMENTO AMERICANO	24
1.6 AS QUATRO MODERNIZAÇÕES E O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS	25
2 A PRESENÇA DAS “REFORMAS ECONÔMICAS” NA CHINA	28
2.1 AS REFORMAS DE 1978	28
2.1.1 Dissolução das comunas e adoção e adoção do sistema de responsabilidade familiar	29
2.1.2 Expansão das Empresas dos Distritos e Vilas (TVEs)	30
2.1.3 A criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)	34
2.1.4 A reforma bancária e o papel do crédito	36
2.1.5 As privatizações	42
2.1.6 O câmbio administrado	47
2.1.6.1 Métodos de controle da taxa de câmbio	52
3 RELAÇÕES ENTRE O CRESCIMENTO ECÔNOMICO CHINÊS E AS “REFORMAS ECONÔMICAS”	55
3.1 EFEITOS SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	55
3.2 AS REFORMAS ECONÔMICAS E OS IMPACTOS NA ECONOMIA.	57
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho será a apresentação das características de algumas políticas da dinâmica econômica da China a partir de 1978 a 2017, com as chamadas “Reformas Econômicas” e sua possível relação com o crescimento econômico do período. A China parte, em 1978, de uma economia com perfil agrícola para atingir, em 2017, o posto de segunda maior economia do planeta, de perfil mais complexo e com maior nível de conteúdo tecnológico.

O primeiro capítulo deste trabalho relaciona os determinantes históricos enfrentados pela China, os quais a conduziram para o início das “Reformas Econômicas”, em 1978, por Deng Xiaoping. No segundo capítulo descrevem-se algumas políticas das “Reformas Econômicas”, expondo o momento de sua formulação, implementação e tempo de permanência. No terceiro capítulo são analisadas as reformas implementadas pelo Estado chinês, no sentido de apresentar conexões destas com os movimentos de algumas variáveis econômicas.

A análise da economia chinesa é complexa, pois eventualmente implica em juízo de valor sobre o seu status político. O esforço aqui será o de realizar um estudo, tanto quanto possível, baseado nos dados obtidos durante a pesquisa e na bibliografia utilizada, de forma a investigar o crescimento econômico chinês entre 1978 e 2017.

1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA PRÉ-REFORMAS DE 1978

No presente capítulo, será proposta uma contextualização histórica da China entre os séculos II a.C e a primeira metade do século XX. Posteriormente serão analisados, de forma pormenorizada, os eventos que levaram a formação da atual República Popular da China (RPC), a partir da Revolução Comunista de 1949. Por fim, será tratado dos mecanismos de mercado introduzidos pela administração daquele país e as modernizações econômicas propostas a partir de 1978. A relevância deste capítulo reside em introduzir aspectos da formação do Estado chinês que permitam, possivelmente, a compreensão das formas de atuação/intervenção do Estado na economia.

1.1 UM PAÍS MILENAR

Uma primeira aproximação histórica apresenta a China como um país milenar, com o sentimento de unidade política partindo por volta de 221 a.C. Sob a administração imperial da Dinastia Qin, afloraram as bases peculiares que se observam nas sociedades mais complexas, coexistindo sistemas de tributação, tropas de defesa territorial e, inclusive, um sistema formal de escrita (embora atualmente a China ainda possua milhares de dialetos)¹.

De dimensões continentais, a China, famosa pelo comércio, detinha no século XIX uma estrutura econômica dinâmica, composta de uma população de grandes dimensões quando comparada a outras civilizações. Em 1820, a China possuía 381 milhões de habitantes, mais que o dobro da população verificada no continente Europeu desta mesma época. A participação da China no Produto Interno Bruto – PIB mundial em 1820 correspondia a cerca de 32,9%, enquanto que a Europa participava em 26%. (MADDISON, 2007, p. 44).

Com a ocorrência da Revolução Industrial na Grã-Bretanha do século XVIII, surge o início das inovações tecnológicas que conduziram as economias europeias a ganhos de produtividade até então inéditos. Esse processo levou as economias europeias a uma ascendência econômica ímpar, deslocando o eixo econômico

¹ Ver FAIRBANK & GOLDMAN, 2006, pp. 67-69.

mundial para a Europa, ditando o passo do poder daqueles países. (CARVALHO, 2013, p. 15).

Uma vez formados os grandes impérios econômicos da Europa, estes passavam a almejar o alcance de novos mercados para os seus produtos, de modo a haver movimentos imperialistas avançando sobre o mundo em busca de novos mercados consumidores e fontes de matérias-primas para sua produção fabril. Nesse movimento imperialista, notadamente liderado pela Inglaterra, a China, assim como outros países asiáticos, são subordinados às imposições inglesas, num movimento que levou ao conflito conhecido como a Guerra do Ópio, em um manejo hostil que duraria de 1839 a 1842, com a vitória inglesa. (CARVALHO, 2013, pp. 15-16).

A Guerra do Ópio e a prática imperialista levou a China a uma sucessão de reveses militares, conforme destaca CARVALHO (2013):

“Enquanto país derrotado, a China assinou o tratado de Nanquim, que deliberava, entre outras sanções ao país, a abertura de cinco portos ao livre comércio, extraterritorialidade para os britânicos, que receberiam ainda como compensação a ilha de Hong Kong. Esta derrota precipita segundo a tradição chinesa o “Século da Humilhação” (1839-1949). Ao final de cada conflito será imposta a China a assinatura de acordos que ficariam conhecidos como “Tratados Desiguais”. (CARVALHO, 2013, p. 16).

O período que compreende o “Século das Humilhações”, esgotou a soberania chinesa, a qual, uma vez submissa às vontades inglesas, não pôde desenvolver sua economia – especialmente no que tange ao planejamento de algum projeto industrial. Todas estas instabilidades, somadas ao descontentamento de parte da população, fez com que revoltas eclodissem por todo o território chinês, derrubando, em 1911, o imperador da dinastia Qing e pondo fim ao milenar sistema imperial chinês, que se havia iniciado em 221 a.C.. (CARVALHO, 2013, p. 18)

O conflito que pôs fim ao sistema imperial na China ficou conhecido como a Revolução Xinhai, onde o Kuomintang, o partido nacionalista chinês, instaura a República em uma tentativa desesperada de controlar a situação decadente pela qual atravessava a China. Conforme indica CARVALHO (2013), sem muito sucesso no poder, o Kuomintang sofreu diversas críticas sucedidas de conflitos armados com aqueles que não reconheciam a legitimidade do partido.²

² Ver CARVALHO, 2013, p. 18-19.

Em 1921, dez anos após a instauração da República na China e da administração do país pelo Kuomintang, surge o Partido Comunista Chinês (PCCh), fruto de relações políticas entre determinadas classes chinesas com a então União Soviética. Uma vez na liderança, o Kuomintang buscava combater o ideário socialista apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fato que desembocou em duas guerras civis pelo país. Primeiramente, entre 1927 e 1937 e, posteriormente, entre 1946 e 1949. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 282-285).

No período compreendido, não bastassem os conflitos internos, a China sofre uma invasão em 1931 pelos japoneses, na região da Manchúria, enfraquecendo ainda mais o Kuomintang. (CARVALHO, 1978, p. 21).

De acordo com GOLDMAN (2006) o PCCh inicia em 1934 o movimento conhecido como a “Longa Marcha”. Durante cerca de um ano os comunistas percorreram mais de 9.000 (nove mil) quilômetros rumo ao interior da China, espalhando as doutrinas do partido. Este foi um movimento de consolidação do partido, onde também irromperam os principais líderes do PCCh, entre eles Mao Tsé-Tung. Mao foi o líder do partido que, em 1949, capitaneou a Revolução Comunista que pôs fim ao “século das humilhações”. Surge, também na época da Longa Marcha, Deng Xiaoping. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 287-289).

Em 1949 eclode a Revolução Comunista, apoiada pelos camponeses chineses sobre a promessa da reforma agrária, a qual afastou do país o Partido Nacionalista, em um golpe definitivo das fortes tensões políticas que o país atravessava desde a Guerra do Ópio, de acordo com a interpretação de CARVALHO (2013):

“Com a derrota definitiva do Kuomintang, as forças lideradas por Chiang Kai-Shek refugiaram-se na ilha de Taiwan, dando continuidade da República da China sob o governo do Kuomintang, configurando um país independente salvaguardado pelas forças norte-americanas”. (CARVALHO, 2013, p. 21).

Assim se iniciou uma nova fase da República no território chinês, na presença dos comunistas.

1.2 MAOÍSMO: A VERSÃO CHINESA DO COMUNISMO

Nos quadros da tomada do poder pelo PCCh, em 1949, e a criação da República Popular da China (RPC), tem-se como consequência dos demorados conflitos passados, (i) a grande desorganização política, (ii) a desestruturação daquela que se poderia referir como uma nascente indústria chinesa, (iii) o arrasamento da agricultura e (iv) o acumulado de milhares de mortos nos conflitos passados. (CARVALHO, 2013, p, 23).

Diante de tal situação Mao Tsé-Tung iniciava a tomada do poder orientada para a resolução dos problemas mais básicos que se observavam na população chinesa a época, em especial busca pelo controle inflacionário e pelo restabelecimento da agricultura, questões básicas à manutenção da então pobre sociedade chinesa. (CARVALHO, 2013, p, 23).

Paralelamente, Mao iniciou as reformas agrárias rapidamente, fruto de uma promessa do PCCh aos camponeses na subvenção da revolução comunista, realizando desapropriações. De acordo com CARVALHO (2013) o processo de desapropriação, entretanto, não foi sempre pacífico:

“Generaliza-se na China a desapropriação de senhores de terra e sua redistribuição entre os camponeses – um processo por vezes violento -, bem como a concessão de alguns direitos sociais” (CARVALHO, 2013, p. 21).

O processo de redistribuição de terras se encontrava no plano de governo conhecido como Plano Quinquenal, gerando a coletivização do campo, na forma de cooperativas e fazendas coletivas – em detrimento da agricultura de tipo familiar. Este processo de coletivização se fez de tal forma que, ao final da década de cinquenta, houvessem 750 mil cooperativas agrícolas, que abrigavam cerca de 90% da população rural chinesa. (CARVALHO, 2013, p. 26).

Estas cooperativas mais tarde foram reestruturadas em aproximadamente 23 mil comunas, as quais comportavam faixas de 5 (cinco) mil a 100 (cem) mil indivíduos, em um ambiente em que era proposta a aproximação do trabalho intelectual com o manual – em uma tentativa de relações horizontais como supõe o ideal comunista. CARVALHO (2013) assevera que “Nas cidades, eram nacionalizadas as empresas estrangeiras e dava-se início a expropriação das

empresas privadas” (CARVALHO, 2013, p. 24), demonstrando mais um aspecto arbitrário, e por vezes violento, deste processo histórico.

Nos marcos da Guerra Fria, a China possuiu durante o início da tomada do poder pelo PCCh, o amparo político, militar e técnico da União Soviética. A presença da URSS em solo chinês, segundo NAUGHTON (2007) orientava a práticas econômicas industrializantes, apontando o caminho para um desenvolvimento mais acelerado. (NAUGHTON, 2007 p.72).

Na tentativa de seguir esse curso, o PCCh reorganizou o campo no chamado “Grande Salto”, movendo massas de trabalhadores das antigas comunas para atividades de abertura de estradas, obras de irrigação e a produção de aço. Esta última atividade, em especial, ficou marcada como o período dos “fornos de quintais”, onde os agricultores fundiam suas próprias ferramentas agrícolas (enxadas, rastelos, etc), somente para produzir aço, na tentativa de obedecer ao comando central. (NAUGHTON, 2007 p.72).

Tais atividades levaram com que ocorresse um ponto de inflexão na produção agrícola chinesa, de tamanha gravidade que a produção de 1960 fora reprimida em 28,5% em relação à 1958. Esta tentativa de desenvolvimento teve como resultado aquilo que ficou conhecido como o maior episódio de fome do século XX, apontando mortes por inanição na casa de 25 a 30 milhões de chineses, além de desconfianças sobre os rumos que a China deveria seguir. (NAUGHTON, 2007 p.72).

Tais tentativas de imposição de políticas por parte dos soviéticos, assim como a frequentes tentativas destes de instalação de bases militares e realização de patrulhas em outros países socialistas, levaram ao acirramento das relações, de tal forma que a China rompe as suas relações diplomáticas com a URSS, reiterando sua independência política e preterindo a ideia da expansão internacional do socialismo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006 p. 349).

1.3 O AFLORAMENTO DE INSTRUMENTOS DE MERCADO

CARVALHO (2013) afirma que a decepção do idealizado “Grande Salto”, sob o comando de Mao Tsé-Tung, foi tamanha que as autoridades chegaram a um consenso de que a melhor saída seria abandonar o plano. Mao, consciente dos

resultados de tal política, se afastou interinamente do cargo da presidência em 1959. (CARVALHO, 2013, p. 29).

Em meio aos desequilíbrios que o país se deparava, chega a presidência Liu Shaoqi, e Deng Xiaoping assumindo o cargo de secretário geral do PCCh, ambos com visões inovadoras para recuperar a decadente economia chinesa. Nesse período as 23 mil comunas até então existentes foram fragmentadas em três, diminuindo suas dimensões físicas e estruturais. Segundo interpretação de CARVALHO (2013), muito se podia fazer a partir de então, com a rigidez de Mao fora do caminho dos novos administradores da China. O que mais caracterizou esse lapso de tempo sem Mao no governo foi o advento de práticas de mercado, aprovadas por membros do planejamento central, em especial, Deng Xiaoping. A partir de tais decisões, iniciou-se um processo de “esfriamento” das relações com alguns membros do PCCh. (CARVALHO, 2013, p. 30).

Nas comunas, então fragmentadas, o destaque foi o relaxamento do controle estatal, o qual então permitiu uma maior liberdade aos camponeses, com incentivos materiais aos que aumentassem a produção e com a reabertura de antigos mercados. Nestes mercados havia a possibilidade de troca de parte dos excedentes que anteriormente eram totalmente canalizados para o governo central (CARVALHO, 2013, p. 30). Uma das tantas expressões que caracterizam Deng Xiaoping, especialmente em seus discursos nesse momento ao qual passava a China, é a frequentemente proferida, “Não importa se o gato é amarelo ou se é um gato preto, contanto que pegue os ratos” (DENG, 1993a, p. 236).

1.4 A REVOLUÇÃO CULTURAL

Em maio de 1966, iniciava na China, a política que ficou marcada como a Revolução Cultural, com propósitos que buscavam a manutenção da sociedade chinesa da época. A revolução se deu, quando Mao Tsé-Tung, afastado por vários anos do controle sobre a sociedade chinesa, indica a necessidade de algumas retificações e rigores nas atividades em andamento pela China.

Para CARVALHO (2013), a revolução teria como objetivo o controle de um nascente “aburguesamento” das manifestações artísticas no país. A partir deste momento, eram observados de perto pelo “Grupo dos Cinco” criado por Mao – grupo cuja composição era dos cinco membros mais velhos do “Politburo”, o importante

foro de decisões da China, composto, por sua vez, por sete membros dos cargos mais importantes da RPC. (CARVALHO, 2013. p. 32)

E foi nessa tentativa de conter o afloramento de estruturas sociais antagônicas aos preceitos comportamentais emanados pela “Revolução Comunista”, que surgiu a “Revolução Cultural”, conduzida na época pela famosa “Gangue dos Quatro”, num movimento que perdurou aproximadamente 10 (dez) anos, até o falecimento do líder Mao Tsé-Tung, em 1976. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 346-351).

É consonante a observação de que esse período de dez anos em que se estendeu a “Revolução Cultural” foi de grandes tensões no território chinês. Em particular, no tocante a negação do pensamento tradicional confucionista, que pautava o comportamento da sociedade chinesa em relação a hierarquia. A partir de então, nas escolas chinesas, os alunos poderiam repreender com críticas qualquer forma de hierarquia. Indo além, “o princípio era para ser aplicado a todos [...] com o objetivo de eliminar aquelas autoridades que estavam tomando o rumo capitalista” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 359). A máxima que a revolução carregava consigo era de combater as antigas ideias, hábitos, cultura, costumes e burocracias que se presenciavam na época.

Através de uma sintética análise de CARVALHO (2013) a respeito da “Revolução Cultural”, já é possível esboçar um possível fim-de-ciclo para a dupla Liu e Deng, que empregaram práticas de mercado enquanto Mao estava afastado do comando central da RPC. Nem mesmo o prestígio e a influência política destes puderam salvá-los por completo. Segundo CARVALHO (2013):

“Liu e Deng foram afastados definitivamente de suas funções políticas em 1967, sendo presos, sob acusação de serem “defensores do capitalismo”, respectivamente, o número um e dois. Após sessões públicas de autocrítica, a sorte de cada um dependeu do apoio que receberam do que restou da cúpula do partido (Mao e Zhou), com Deng sendo enviado para uma escola de reeducação e posteriormente para uma fábrica em Jianxi, enquanto Liu permaneceria preso, falecendo em 1969 no cárcere”. (CARVALHO, 2013, pp. 33-34).

1.5 O AVIZINHAMENTO AMERICANO

Com o fim das relações políticas entre URSS e China em 1964, a China se via circundada por novos inimigos, em especial o Japão na região da Manchúria e a URSS, quanto ao patrulhamento das fronteiras geográficas entre os dois países.

Sete anos após o fim das relações diplomáticas entre China e União Soviética, se desdobrava a oportunidade do destravamento das relações entre China e a potência capitalista norte-americana, especialmente interessada em frear os avanços sistemáticos da URSS. Em 1971, ocorre a histórica visita do presidente norte-americano Richard Nixon a China, em um diplomático jantar com Mao Tsé-Tung, marcando a entrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU), procedendo acordos diplomáticos e retirando os embargos econômicos anteriormente impostos pelos EUA com a China, relações que cambiariam toda a trajetória chinesa. (CARVALHO, 2013, p. 35).

Em 1973, o líder chinês Mao Tsé-Tung, bem como a maior parte dos membros fundadores do PCCh em 1921, já se encontravam em idade avançada, mortos ou fora da administração do PCCh. Nesse ano Mao completava 80 anos e, curiosamente, afrouxava um pouco a sua característica rígida, o que culminou na reabilitação de Deng Xiaoping ao PCCh. Sobre este momento, CARVALHO (2013) pontua a passagem de poder na China:

“É neste momento que Mao, atendendo aos apelos de Zhou reabilita Deng Xiaoping que passa a atuar ao lado de Zhou em suas tarefas diplomáticas e na tentativa de reorganizar os órgãos de planejamento central. Em 1974, Deng substitui Zhou como principal interlocutor com os Estados Unidos, e, nos anos seguintes é investido dos cargos de chefe do Exército e vice-primeiro-ministro”. (CARVALHO, 2013, p. 36).

Em setembro de 1976, falece o líder Mao Tsé-Tung, abrindo espaço para novos rumos na economia chinesa. A essa altura Mao e Zhou já haviam falecido, e se abre o caminho para o que ficou conhecido como a 3ª Plenária do XI Congresso do Partido Comunista, em 1978. Deng Xiaoping projetava-se, portanto, como o novo comandante da RPC, superando aqueles que, aparentemente, conflitavam com seus ideais pró-mercado, e que viabilizariam a sua condução na aplicação daquilo que chamava de as “Quatro Modernizações”. (CARVALHO, 2013, pp. 38-39).

1.6 AS QUATRO MODERNIZAÇÕES E O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

A partir de 1978, o fio que conduziria as políticas de cunho econômico na China se daria por transformações realizadas através do projeto das “Quatro Modernizações”, através da diretriz cunhada por Deng como “uma tarefa central e dois pontos básicos”, onde este buscava como intento o progresso da indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas. (CARVALHO, 2013, p. 45).

Tal referência de Deng Xiaoping tinha como significado o desenvolvimento das forças produtivas através das “Quatro Modernizações” como a “tarefa principal”, e a reforma econômica e a abertura do mercado ao exterior (a janela chinesa ao mundo) como os “dois pontos básicos”. (CARVALHO, 2013, p. 46).

As manobras pelas quais Deng expressava as suas ideias pró mercado eram, no entanto, perigosas em 1978. A presença daqueles que desaprovavam tais práticas (assim como Mao) exigiu de Deng a expressão de sua capacidade retórica, que é observada em seus discursos públicos. Xiaoping nunca negou a figura de Mao, reiteradamente reconhecia a valia do período Maoísta, em especial pelo aprendizado que afirmava ter obtido com as outras autoridades do PCCh. Em discurso, Xiaoping destaca que é necessária a “emancipação de nossas mentes, e devemos fazê-lo de forma a responder à questão do que é o socialismo. Se a economia continua estagnada e os padrões de vida da população permanecem em um nível muito baixo por um longo período de tempo, não podemos dizer que estamos construindo o socialismo”. (DENG, 1993b, p. 227).

O que era valorizado por Deng era a experiência empírica, onde este verificava que o comunismo (estágio último do socialismo, e intenção de plano chinês) presumia alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, com grande competência das estruturas na ciência e tecnologia. Somente assim o socialismo apresentaria as condições que forneceria as bases do comunismo, conforme Xiaoping indica em 1978: “se a taxa de crescimento das forças produtivas em um país socialista fica atrás daquela dos países capitalistas por um período longo de tempo, como podemos falar sobre a superioridade do sistema socialista?” (DENG, 1993b, pp. 98-99).

É observado ainda em 1978, o início das reformas e a abertura para políticas pró-mercado, onde não mais imperava o “igualitarismo”, em especial nas remunerações salariais na China. Embora a ênfase se concentrasse agora na valorização da formação técnica, as reformas de Xiaoping se apropriavam dos benefícios de uma política mista, coadunando eficientemente as potencialidades de cada sistema. Uma forma focando a eficiente alocação de recursos, e outra forma focando o planejamento central de longo-prazo. Além das práticas capitalistas, o PCCh ainda detinha a decisão última da organização social e de seu processo de acumulação, em uma economia na qual conviveriam a propriedade pública e privada. (CARVALHO, 2013, pp. 52-56).

A despeito da abertura da janela chinesa ao mundo, é basilar o destaque de cinco regras que canalizariam o comportamento da China nas relações exteriores, que se traduziriam primordialmente no formato de um pacto para o bom diálogo e relacionamento com o mundo. De forma a extrair algum benefício, seja por motivos comerciais, ou, simplesmente para reforçar a paz entre as partes. Isso foi determinante na ligação com anteriores inimigos como EUA e Japão.

As cinco regras são conhecidas como os “Cinco Pontos de Coexistência Pacífica”, expostos na China em 1954 por Zhou Enlai, e inspirados na política internacional do soviético Nikita Krushev (27), são elas: (i) respeito mútuo à soberania e integridade territorial; (ii) mútua não agressão; (iii) mútua não-interferência em assuntos internos; (iv) igualdade e benefícios mútuos; e (v) coexistência pacífica³. DENG (1993) destaca que:

“os negócios chineses devem ser conduzidos à luz das condições específicas da China e pelo próprio povo chinês. Independência e auto-suficiência sempre foram e sempre serão nossos fundamentos. Embora nós chineses valorizemos nossa amizade com outras nações e outros povos” (DENG, 1993c, p. 11).

É muito natural relacionar os cinco pontos acima como uma forma de aviso do PCCh aos estrangeiros, em especial na tentativa de não intervenção no seu aparato político, o qual é monopartidário desde o refúgio dos nacionalistas na ilha de Taiwan.

³ Ver ERICKSON, 1973.

DENG (1993) afirma que o planejamento central chinês do sistema monopartidário é necessidade chave para o país, uma vez que essa centralidade outorga ao governo a possibilidade de executar com rapidez suas decisões, sem conflito de interesses entre partidos de opostas ideologias com um segmento amarrando ao outro:

“Nosso sistema é o congresso popular e a democracia popular sob a liderança do Partido Comunista; nós não podemos adotar as práticas do Ocidente. A maior vantagem do sistema socialista é que quando a liderança central toma uma decisão ela é prontamente aplicada, sem interferências de nenhum outro quadro” (DENG, 1993, p. 159).

O presente capítulo abordou algumas das características da história chinesa até o ano de 1978, assim como a subida ao poder de Deng Xiaoping, pretendendo apontar os diferentes atores e contradições no processo que encaminharam a China para as “Reformas Econômicas”.

Foi abordada, também, a então abertura de relações comerciais da China com outras nações, de forma a expor acontecimentos pelo qual passou a milenar sociedade chinesa, com suas guerras civis, invasões, fomes e tentativas desenvolvimento, em parte frustradas, anteriormente a abertura do país para alguns instrumentos de mercado e o diálogo com nações capitalistas.

2 A PRESENÇA DAS “REFORMAS ECONÔMICAS” NA CHINA

O segundo capítulo se propõe a apresentar algumas das principais políticas adotadas durante as “Reformas Econômicas” no período compreendido entre 1978 a 2017. Inicialmente se apresentará o formato em que as políticas selecionadas foram implementadas, uma vez que o Estado Chinês carrega a filosofia do PCCh – dado seu teor monopartidário. Por fim será abordada a fundamentação da criação de cada política, bem como seus objetivos, resultados e período de execução. A importância do capítulo reside em proporcionar a apresentação panorâmica de algumas mudanças que tais políticas proporcionaram à economia chinesa.

2.1 AS REFORMAS DE 1978

Apresentado superficialmente no primeiro capítulo, as “Reformas Econômicas” propostas por Deng Xiaoping começavam a tomar forma em 1978, com sua ascensão ao comando político da China. Uma das características das políticas a serem explanadas no capítulo, é referente ao formato gradual em que elas são particularmente implementadas. O Estado chinês indica suas ações de forma a não realizar mudanças bruscas ou exceder sua suposta capacidade, conforme destaca CARVALHO (2013):

“Este gradualismo estaria condensado na expressão da cultura popular chinesa “cruzar o rio tateando as pedras”, utilizada por Deng justamente para ressaltar que a China estava fazendo uma travessia perigosa em que a cautela e o pragmatismo seriam armas importantes”. (CARVALHO, 2013, p. 67).

Dentre as principais políticas (graduais) a serem assumidas pelo Estado chinês no contexto das “Reformas Econômicas”, se dará foco às seguintes: (i) Dissolução das comunas e adoção do sistema de responsabilidade familiar; (ii) Expansão das empresas dos distritos e vilas (TVEs); (iii) Criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEES); (iv) A reforma bancária e o papel do crédito; (v) Privatizações e (vi) Administração cambial. A partir da apresentação das políticas destacadas se desenvolverá assim como no primeiro capítulo uma adicional continuidade histórica, que se inicia em 1978.

2.1.1 Dissolução das comunas e adoção e adoção do sistema de responsabilidade familiar

O sistema de comunas existente desde 1949 na China começava a ser dissolvido a partir de 1979. Há de se reputar que esse sistema, como já apresentado no primeiro capítulo, já se encontrava em vias de decadência desde a “Grande Fome” chinesa em 1959-1961, no evento que levou Mao à reclusão do governo numa decisão independente. Naquela época, Deng já havia proposto as suas iniciativas pró-mercado como uma aceitável saída da queda brutal da produção agrícola durante a “Grande Fome”, na tentativa de mesclar uma economia planificada com instrumentos de mercado. (CARVALHO, 2013, p. 70).

Não tão abrangente como a partir de 1978, o início da década de 1960 já adotava políticas que premiavam o aumento da produtividade chinesa, fornecendo maior autonomia aos produtores e realizando a abertura de mercados locais em alguns pontos da China. Ainda na década de 1960 ocorreu o desmembramento de 23 mil grandes comunas, em 70 mil menores, apresentando resultados expressos em maior produtividade agrícola. (CARVALHO, 2013, pp. 70-71).

Uma vez de novo no comando político da China em 1978, Deng iniciava o estabelecimento do sistema de responsabilidade familiar. Tal sistema comportava aqueles que participavam do sistema comunal, auferidos a partir daquele momento de um maior grau de liberdade na produção dos produtos agrícolas, e comercialização dos excedentes que ultrapassavam acordada cota que era vendida necessariamente ao governo central, que lhes dava então, o direito ao usufruto da terra. (CARVALHO, 2013, p. 71).

Sobre a intensidade em que ocorria a descoletivização no campo MORAIS (2011) aponta que “Em 1980 5% das famílias rurais estavam nesse sistema, em 1982, 70%, em 1983, 94%, em 1984, 97%”. (MORAIS, 2011, p. 78).

Como se apresenta, a reforma no campo a respeito da questão comunal, avançou agudamente, onde em poucos anos se desintegravam as propriedades comunais.

Com referência no tocante a produtividade, o plano permitiu uma elevação dos excedentes agrícolas, que se apresentavam como maiores rendas às famílias do sistema. Um balanço do período que se estende de 1979 a 1984 apresenta um

aumento da produção de grãos a taxas 1,8 vezes maiores que a verificada no período Maoísta. (MORAIS, 2011, p. 76).

Reiterando os resultados atingidos na adoção do sistema familiar por MORAIS (2011) se observa também em CARVALHO (2013) que:

“Esta expansão da produção agrícola levou ao aumento rápido da renda no campo, havendo tanto a redução da pobreza em níveis absolutos, com cerca de 150 milhões de camponeses sendo retirados da linha da pobreza como também a concomitante redução da desigualdade social, devido a aproximação do nível de renda entre cidade e campo. Devido a estes resultados, o período 1979 e 1989 é denominado como “reforma sem perdedores”, em comparação ao período posterior, em que a economia continuará crescendo, mas com elevação da desigualdade” (CARVALHO, 2013, p. 71).

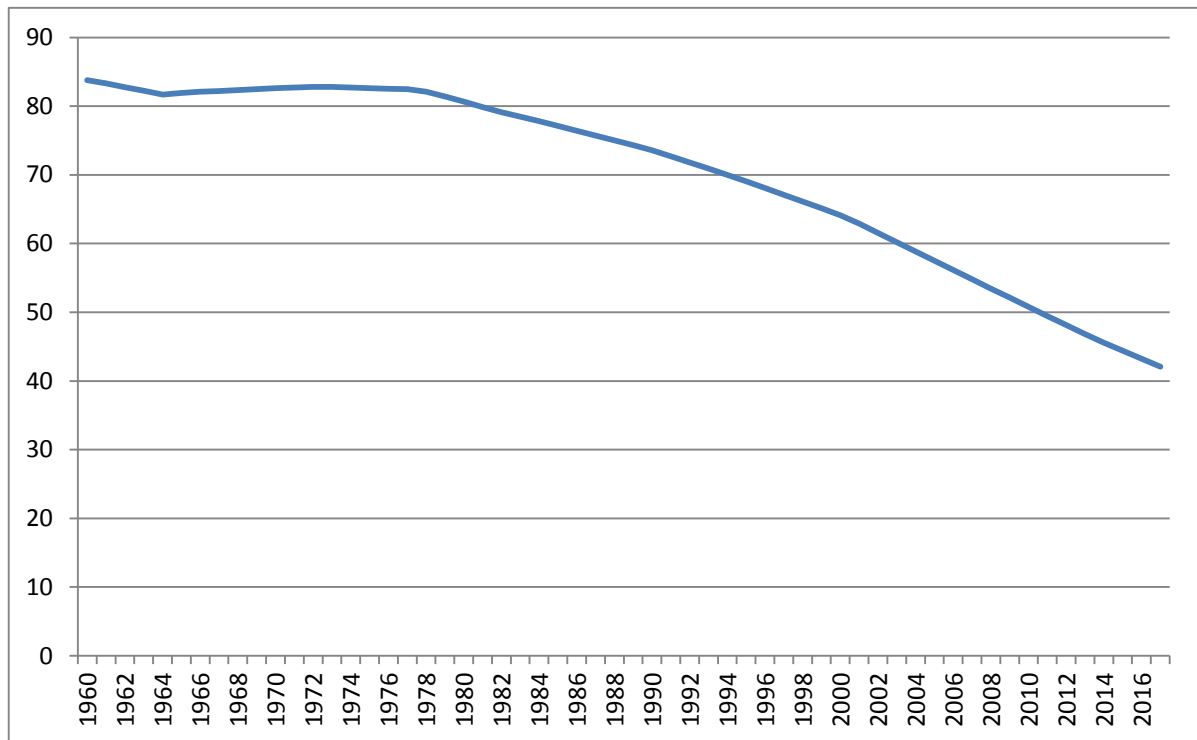
MORAIS (2011) avalia além dos aspectos positivos na elevação da produtividade e renda, os aspectos negativos que tal sistema apresentou, no que se refere ao desmonte das comunas que encerraram a seguridade social que tal instituição garantia anteriormente a seus membros. A elevação da renda desses novos agricultores apresentou uma redução da necessidade de gasto com serviços de educação e saúde que o governo anteriormente imputava em seu orçamento. (MORAIS, 2011, p. 60).

2.1.2 Expansão das Empresas dos Distritos e Vilas (TVEs)

Conhecidas como *Township and Villages Enterprises* (TVEs), ou em nomenclatura similar de Empresas de Cantão e Povoado (ECP's), elas se apresentaram como uma das políticas que fomentaram a formação da indústria na China.

Através do Gráfico 1, se obtém a informação que em 1978, ano de início das “Reformas Econômicas”, a China era composta por uma população majoritariamente rural, concentrando 82,1% da sua população no campo. Essa informação indica, possivelmente, porque as primeiras políticas reformistas iniciadas em 1978 se concentraram no campo, dada a abrangência da população que nele se encontrava.

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RURAL CHINESA (% da população)



FONTE: Banco Mundial. Elaboração própria.

É no meio rural chinês que se observa a força laboral em 1978, a qual encorajaria segundo JABBOUR (2012) qual fosse o projeto de grande modernização no país, e é nesse decurso que se implementaram as ECPs, num movimento que se baseou nas forças intensivas em mão de obra no campo. Ao fim da primeira década do ano 2000, as ECP's participavam de uma produção que corresponderia a até 40% das exportações chinesas. (JABBOUR, 2012, p. 115).

Ocorria a transformação urbana de antigos espaços rurais. Esse fenômeno de urbanização rural lançou a população rural chinesa empregada em atividades não agrícolas em um aumento de aproximadamente 960% num intervalo de 28 anos. (JABBOUR, 2012, p. 115).

Foram as ECP's (TVEs) uma das atividades que mais permitiram, através da grande produção industrial exportada por essas, ao grande acúmulo de reservas internacionais observados nas contas chinesas, importantes para sua estratégia de competição internacional, a ainda ser abordada na política de administração cambial neste capítulo. (JABBOUR, 2012, p, 115).

Através da tabela 1, pode-se observar o aumento do emprego não rural que ocorre ao longo do tempo em indústrias dos mais variados tipos instaladas no

ambiente rural chinês. Adicionalmente se observa que as ECP's, que criam e absorvem cada vez mais trabalhadores no tempo, vão no movimento reverso ao comumente observado de êxodo rural, uma vez que a industrialização se apresenta como um fenômeno do próprio campo.

TABELA 1 - NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA ÁREA RURAL CHINESA, ANOS SELECIONADOS ENTRE 1990-2016.

Ano	Número de indústrias instaladas no meio rural chinês	Número de trabalhadores industriais no meio rural chinês (em 10000 pessoas)
1990	113	1491
1995	471	3054
2000	1139	2934
2002	1411	2474
2004	2024	2066
2007	2672	2187
2011	3442	2718
2014	4533	3575
2016	5914	4235

FONTE: China Statistical Yearbook 2017. Elaboração própria.

As ECP's têm a sua origem na Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung, e surgem como uma estratégia de defesa, onde se orientou o campo a fornecer os seus próprios instrumentos, de maneira a esses serem autossuficientes em todos os níveis de suas atividades. Se esperava com isso um movimento de interiorização da indústria, para se proteger de eventuais ameaças das invasões que ocorriam à época, como descrevem GOLDMAN (2006) a respeito da industrialização rural:

“A industrialização rural da China começara na dinastia Song, ou até antes quando as famílias das aldeias usavam a força de trabalho de mulheres e crianças para aumentar a renda da fazenda produzindo chás, tecidos de algodão e seda, tijolos, cestos e outros produtos. Na era das fábricas, indústrias rurais de pequeno porte(...) eram um “pilar central na estratégia de desenvolvimento de Mao”. Em 1979 cerca de oitocentas mil indústrias e quase noventa mil estações hidrelétricas de pequeno porte empregavam 24 milhões de trabalhadores e eram responsáveis por 15% da produção industrial da China. Isso incluía todas as ferramentas agrícolas e a maioria do maquinário de pequeno e médio porte, metade do fertilizante químico, dois terços do cimento e 45% do carvão”. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 366).

As ECP's, assim como a adoção do sistema de responsabilidade familiar, substituíram as comunas do período anterior, mas a natureza de sua propriedade ainda é controversa, não podendo ser consideradas estatais nem privadas. As ECP's são controladas pelos governos locais, mas geridas pelos próprios trabalhadores, com a faculdade de terem ampla autonomia frente o governo central, além de serem menos taxados de impostos como as estatais, podendo proceder com contratações, demissões e decisões de investimentos de forma livre. (CARVALHO, 2013, p. 72).

As ECP's desde sua fase primária em 1978, aumentaram o nível de emprego chinês assim como o valor agregado do seu produto total. Ocorreu no mesmo período, a fragilização da produção agrícola chinesa, a qual foi reduzida em termos de tamanho em relação à indústria, explicando em parte o porquê da China ser um gigantesco canal de importação de cereais. (JABBOUR, 2012, p. 228).

A produtividade agrícola se elevou desde a criação das ECP's, em caráter da necessidade de a produção de alimentos ter desde então menos mão-de-obra disponível, incorrendo na modernização dessas. As próprias ECP's modernizaram o campo, onde dentre seus produtos industriais se encontravam fertilizantes e máquinas agrícolas, que se produziam em escalas e tecnologias cada vez melhores. (JABBOUR, 2012, p. 229).

Outra constatação da análise das ECP's se refere à natureza do seu financiamento, uma vez que essas são quase que em sua totalidade autofinanciadas segundo afirma JABBOUR (2012), onde após a divisão do montante expendido com trabalhadores e encargos, essa usa o excedente frequentemente em reinvestimento. Assim “os créditos totais nacionais para as ECP's não passam de 10% dos créditos empenhados por bancos estatais”. (JABBOUR, 2012 p. 227).

Esse processo de organização alternativa de propriedade e o seu formato de gerenciamento permitiram a formação de grandes grupos industriais. Na China, a qual grande parte da dominância de processos são estatais, e esta busca identificar as potencialidades de determinadas ECP's, promovendo incentivos ao seus negócios, sobretudo, quando essas se encontram no setor exportador que não são de natureza exploratória estatal, preenchendo mercados antes não explorados e constituindo conglomerados chineses. Uma apresentação do alcance econômico de algumas ECP's, e do apoio estatal é apresentado por JABBOUR (2012):

“O apoio a este tipo de estratégia internacional pode estar diretamente relacionado ao fato de ECP’s como a Haier (detentora de 50% do mercado de pequenos frigoríficos nos EUA), a Galanz (detentora de 33% do mercado mundial de microondas), a Legend (20% do mercado internacional de placas para computadores) e a China International Marine Containers (40% do mercado internacional de contêineres refrigerados), conforme apontam os números entre parêntese, fazerem cada vez mais parte do dia a dia de empresas e pessoas pelo mundo”. (JABBOUR, 2012, p. 231).

2.1.3 A criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)

No desenvolvimento das “Reformas Econômicas”, formuladas pelo PCCh em 1978, tem-se a criação das ZEEs, que, segundo MACHADO (2013), possibilitaria uma forte alavancagem no crescimento chinês, chamada a época por Deng Xiaoping como “A Grande Experiência”. (MACHADO, 2013, p. 136).

“A grande experiência” seria traduzida no projeto que criava a abertura das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), a qual serviria para a atração de capital estrangeiro, que se apresentaria na formação de complexos industriais com o intento de engendrar exportações através da associação de empresas locais conjuntamente com transnacionais. As ZEEs deveriam regenerar economicamente toda a costa litorânea chinesa, devolvendo a essa, mas de uma forma modernizada, aquela que foi remotamente uma ativa e desenvolvida área de comércio internacional chinesa. (MACHADO, 2013, p. 136).

A abertura das ZEEs se deu ao passo ditado por Deng, de modo que os planejadores foram, segundo CARVALHO (2013), “atravessando o rio tateando as pedras”, sendo criadas as primeiras ZEEs em 1979 e 1980 com isenções fiscais, liberdade cambial e investimentos em infraestrutura, mas de uma forma gradual, de modo que somente a partir de 1986 as empresas que eram compostas integralmente de capital estrangeiro poderiam se instalar no país de forma independente, embora ainda fossem exigidas de cumprir determinadas premissas, devendo exportar ao menos 50% de sua produção, devendo também serem essas intensivas em tecnologia. (CARVALHO, 2013, pp. 73-74).

Logo, se constata que as ZEEs não somente foram de caráter gradualista em seu processo de abertura, como também o foram em termos legais, em uma legislação diferenciada, que se alterava no tempo de modo a aperfeiçoá-la. Assim,

com o objetivo de atrair investimento externo, as ZEEs foram dotadas de cargas tributárias mais baixas e condições autônomas políticas e mercantis.

A origem das ZEEs, não são necessariamente uma política desenvolvida pelos chineses, mas sim, a replicação de um modelo industrial exportador asiático, que era presente já no início do século XX presente por toda a China e a ilha de Taiwan, o qual foi abandonado no período da criação da RPC e o término das relações comerciais abertas da China com outras nações, sendo tal sistema asiático prosseguido somente em Taiwan e Hong Kong. Sobre esse período destaca MACHADO (2013) que:

“Enquanto a China estava fechada para o mundo, o capitalismo seguia seu rumo de expansão, caracterizando-se pela descentralização das redes de produção, especialmente no setor de produtos de “pequenos bens” de consumo de massa: peças de vestuário, brinquedos, enfeites e eletrônicos. Na segunda metade do século XX, as empresas norte-americanas e europeias tiveram três fases migratórias, caracterizadas pela instalação de fábricas em países asiáticos, obtendo fornecedores de matéria-prima e mão de obra baratos. A primeira onda de expansão da indústria ocorreu para o Japão (anos 50 e 60) e a segunda para Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan (anos 70 e 80)”. (MACHADO, 2013, p. 137).

Após a sua abertura, a China viabiliza o que MACHADO (2013) denomina como a terceira onda de expansão das redes produtivas do capitalismo, no decurso da criação de quatro ZEEs nas cidades de Xiamen, na província de Fujian, Zhuhai e Shantoun, na província de Guandong e na cidade de Shenzhen, hoje a província mais rica da China. (MACHADO, 2013, p. 138).

As ZEEs se encontram localizadas geograficamente na faixa litorânea chinesa, e algumas das suas características são ressaltadas por MACHADO (2013):

“[...]os caminhos entre a capital da província Guangzhou e a Zona Administrativa Especial de Hong Kong são abarrotados de fábricas, uma ao lado da outra, formando uma paisagem cinzenta e pasteurizada. A área concentra pequenas, médias e grandes indústrias da China e produz desde a mais corriqueira bugiganga de plástico até a mais sofisticada alta tecnologia[...]”. (MACHADO, 2013, pp. 138-139).

Através de incentivos ao capital estrangeiro a China aspirava a chegada de investimentos diretos externos (IDE), que permitiriam estender canais de comércio especialmente pelos Estados Unidos e Europa. O capital estrangeiro transmitiria suas práticas administrativas e alguma tecnologia, especialmente no início das ZEEs, onde o IDE deveria ser associado a empresas locais.

Sobre características das ZEEs pode se afirmar a partir de Machado (2013), que essas abrigavam quatro incumbências: (i) Utilização de capital estrangeiro; (ii) Atração dos chineses que estão fora da República Popular da China, bem como negócios inteiramente de propriedade estrangeira; (iii) Produtos são primeiramente de orientação para exportação e (iv) Atividades econômicas são reguladas pelo mercado. (MACHADO, 2013, pp. 139-140).

É destacada a importância de Dongguan, Shenzhen e Zhuhai, um aglomerado de cidades e ZEEs, em uma área economicamente aberta e competitiva que reúne um terço de toda a indústria chinesa, formando o que MACHADO (2013) denomina como o “Grande Delta”, composto por megalópoles que se formaram em estreitos espaços de tempo. Na ZEE de Shenzhen operam doze portos, num ambiente urbano dotado de avançados sistemas de transporte e planejamento urbano, numa infraestrutura proporcionada pelo planejamento central para incentivar a entrada de capital estrangeiro, em uma área que possuiu 133 das 500 maiores multinacionais do mundo, ressaltando seu viés exportador. (MACHADO, 2013, p. 140).

2.1.4 A reforma bancária e o papel do crédito

O mercado bancário, subordinado as diretrizes das autoridades monetárias, participou de uma evolução institucional provocada através das necessidades que discriminavam os agentes da RPC. O sistema bancário chinês na visão de CARVALHO (2013), passou por uma reforma para o cumprimento da atribuição à promoção do crescimento econômico, através de estratégias creditícias para o chamado financiamento do desenvolvimento. (CARVALHO, 2013, pp. 113-116).

O sistema bancário se encontra como uma das duas partes que compreendem o sistema financeiro, sendo a segunda extensão do sistema financeiro o mercado de capitais, o qual é na China, de menor importância que o sistema bancário. (CARVALHO, 2013, p. 110).

A partir de conclusões de CARVALHO (2013), o sistema financeiro afeta o investimento e o crescimento econômico, como se demonstra em excerto do autor:

“O papel do sistema financeiro na promoção do crescimento relaciona-se a disponibilização de meios de pagamentos para as unidades investidoras no montante e taxas adequados a este fim, não estando o investimento

agregado restringido pela capacidade de poupar”. (CARVALHO, 2013, p. 112).

Na experiência da reforma bancária chinesa, ocorreu a relutância estatal em renunciar em alto grau das ferramentas sistema financeiro, considerado pela RPC um dos setores chaves da economia. O sistema financeiro chinês é fundamentado em bancos públicos, com forte influência estatal no movimento de canalização dos empréstimos beneficiando de forma mais direta as atividades que lhe presumem serem mais eficientes ou estratégicas. O Estado chinês detém quase a totalidade dos ativos bancários chineses, e mesmo com as reformas de 1978 e o alastramento de mecanismos de mercado, o sistema bancário chinês esteve até 1994 inteiramente sobre comando estatal. (CARVALHO, 2013, p. 116).

Segundo CARVALHO (2013), é frequente nos sistemas socialistas a institucionalização de um sistema monobancário, assim, na China se tem presente desde a revolução cultural em 1949 o *People's Bank of China* (PBOC), originado através do confisco e incorporação das instituições financeiras presentes até 1949 na economia. O PBOC assumia as funções de um banco central emitindo papel moeda, e realizando compensações financeiras e empréstimos como um banco comercial comum, subordinado ao planejamento central, sendo um espaço planejamento estatal. (CARVALHO, 2013, pp. 116-117).

Com o início das reformas a RPC põe a necessidade de criação de uma complexificação do sistema de forma a atender as necessidades crescentes da China. Parcela majoritária da população chinesa se encontrava na área rural em 1978, e levaram a políticas presentes no campo como as TVEs por exemplo de forma frequente no início das reformas. No sistema bancário, as políticas voltadas ao campo se expressaram, em 1979, com a criação do *Agricultural Bank of China* (ABC), o novo intermediário bancário rural da China, o qual aliviava um pouco as funções do PBOC que até então ocupava mais essa função. No mesmo período foram desmembradas mais duas funções do PBOC, surgindo em 1979 o *Bank of China* (BOC) responsável pelas movimentações externas de capitais na economia chinesa, e o *China Construction Bank* (CCB), o qual possui como função principal a atuação como caixa para o desembolso das transferências realizadas pelo orçamento central às empresas. (CARVALHO, 2013, p. 119).

A criação de novas instituições bancárias na China a partir do PBOC, apresentaram-se no objetivo distanciar as funções que cabiam a bancos comerciais

no âmbito da administração do mesmo. As reduções na estrutura do PBOC ocorrem, até a conversão oficial deste em 1984 no Banco Central da China com suas exclusivas funções, transferindo grande parcela de seus ativos e funções para as novas instituições bancárias estatais da China. O ciclo de transferência de ativos e de funções por parte do PBOC se completa em 1984, com a criação de um quarto banco estatal, responsável pelas funções de banco comercial nas áreas urbanas da China, o *Industrial and Comercial Bank of China* (ICBC). (CARVALHO, 2013, pp. 118-119).

Forma-se a partir das reformas bancárias na China, um sistema bancário mais especializado, um conjunto de quatro grandes bancos estatais, subordinados e supervisionados pelo PBOC, compondo um sistema que ficou conhecido como o dos “*Big Four*” (os quatro grandes do sistema financeiro), composto pelo ABC, BOC, CCB e ICBC. (CARVALHO, 2013, p. 19).

Dos ativos financeiros existentes até 1978 na China, 90% estavam sob a administração do PBOC, mas com a criação dos “*Big Four*” essa parcela passa a somente 30% em 1984, conforme demonstra a tabela 2, referente ao controle dos ativos financeiros chineses no período de 1978 a 1984 na China.

TABELA 2 - CONTROLE DOS ATIVOS FINANCEIROS CHINESES 1978 – 1984 (%)

Instituições bancárias	1978	1984
PBOC	90,9	31
<i>Big Four</i>	0	59,2
Outros	9,1	9,8

FONTE: CARVALHO, 2013, p. 120. Elaboração própria

O sistema bancário chinês se encontra após a atomização de antigas funções do PBOC, mais desenvolvido e focalizado em novas especialidades. O poder discricionário do planejamento central sobre o PBOC, aprecia, segundo CARVALHO (2013), um papel fundamental incumbido ao papel do crédito, onde o PCCh, em um projeto de política monetária do Conselho de Estado e do Ministério das Finanças lançam, oficialmente, o Plano de Crédito, a ser operado pelos “*Big Four*” no interior de suas fronteiras de operação. (CARVALHO, 2013, p. 120).

A execução das metas do Plano de Crédito, eram restritas aos “*Big Four*” como já exposto, assim como incidia sobre esses a fiscalização da efetiva execução do Plano de Crédito desses pelo PBOC.

O Plano de Crédito fundava-se em um volume de crédito e condições de pagamento delimitados pelo Ministério das Finanças e o Conselho de Estado, pesando a relevância e consequências de tal plano sobre o crescimento a inflação e o desenvolvimento setorial e regional da China. Os créditos eram disponibilizados no decurso da apresentação de projetos com viabilidade econômico-financeiras às entidades bancárias, para então serem negociados com as autoridades. (CARVALHO, 2013, p. 121).

O Plano de Crédito era direcionado a setores produtivos, não tendo papel o crédito para consumo das famílias. O Plano, delimitava na economia chinesa o pilar mínimo de transmissões aos beneficiários, o juro de aquisição dos créditos e o volume mínimo de crédito presente na economia, o qual poderia ser excedido arbitrariamente pelos “*Big Four*”, caso considerassem serem esses novos créditos saudáveis ao banco e aos beneficiários. As diretivas do Plano de Crédito guiaram em seus anos iniciais aproximadamente dois terços dos empréstimos chineses, com uma taxa de juros sensivelmente controlada pelo planejamento central, demonstrando sua importância na geração do crédito na economia chinesa. (YUSUF, 1994, p. 87).

O Plano de Crédito perdurou em exercício até 1998, sendo abandonado para uma nova alteração que ocorreria no sistema bancário chinês. Embora o Plano de Crédito financiasse projetos industriais, esse não necessariamente realizava apenas créditos de longo prazo, sendo correntemente um retardador de processos de falência, que lançariam aumentos nas estatísticas de desemprego chinesas, onde uma função de provedor de liquidez coube a tais bancos estatais, inclusive sobre o crível presságio de inadimplência de tais empréstimos, tais características são observadas nos apontamentos de CARVALHO (2013):

“Apesar da paulatina diversificação das operações os créditos entre 1978 e 1994 a participação dos quatro grandes bancos estatais no total do crédito saiu de 90% para 78%, destinados especialmente para financiar as operações de curto prazo, associadas ao capital de giro das empresas [...] a fim de apoiar a reestruturação suave e gradual das empresas estatais sem causar grave perturbação social, os bancos foram obrigados a fornecer as empresas estatais capital suficiente. Em outras palavras, os bancos não tinham permissão para priorizar expansão do capital baseado em rentabilidade ou eficiência financeira até muito recentemente”. (CARVALHO, 2013, pp. 122-123).

Como apresentado, o crédito disponível na China até meados da década de 1990, era composto em quase 80% somente pelos “Big Four”. Sem embargo, ocorria, ainda que marginalmente, a atividade de bancos pequenos, que se desenvolveram aceleradamente no sistema desde meados de 1980, momento em que o Estado concedeu a permissão operacional de novas instituições bancárias e não-bancárias, na tentativa de fortalecimento do sistema. Tal concessão aumentou a competição do sistema financeiro, onde atividades e espaços negligenciados pelos “Big Four” eram aos poucos providos pelos novos competidores (notadamente no financiamento imobiliário). Inicialmente, os bancos pequenos eram de sociedade com perfil misto, embora majoritariamente de participação estatal, mas favorecidos pela não necessidade de enlace ao Plano de Crédito. A primeira exceção concernente a estrutura de propriedade bancária chinesa após as estatizações se deu em 1996, com a abertura do *China Misheng Bank*, o primeiro banco privado chinês, na época considerado o pioneiro na implantação de práticas contábeis internacionais no sistema bancário chinês, com práticas internacionais de gestão de risco e governança corporativa, sendo por tais razões autorizado frente o PBOC a realizar operações em moeda local e estrangeira. (CARVALHO, 2013, p. 124).

A respeito do início da presença de outras instituições bancárias na China além dos “*Big Four*”, CARVALHO (2013) destaca o seguinte:

“Finalmente, foi dada autorização na segunda metade da década de 1990 para o estabelecimento de outros tipos de instituições financeiras não-bancárias comuns em outros países, como as empresas financeiras associadas aos grupos industriais, empresas de leasing, empresas de classificação de risco e corretoras de ações[...]mas, o peso das instituições bancárias públicas no controle de ativos financeiros era incontestável... .”(CARVALHO, 2013, p. 126).

A partir da entrada de novas instituições privadas na economia, as quais trabalhavam com novas formas de organização e métodos que as levavam a progressos, essas influenciavam novos comportamentos advindos das estatais, como é apontado por CARVALHO (2013) no seguinte excerto:

“Em um quadro crescentemente liberalizado, em que as empresas privadas se tornavam dominantes e que as empresas estatais remanescentes aderiam às práticas de governança corporativa, os bancos acabavam assim, por também acompanhar esta transformação da economia chinesa.”. (CARVALHO, 2013, p. 138).

O sistema financeiro estatal chinês é detentor de um grande valor em ativos, onde os “*Big Four*” surgidos das divisões internas do PBOC, são considerados os quatro maiores do mundo, ocupando a seguinte ordem em 2017: *Industrial & Commercial Bank of China* detendo USD 3,62 trilhões em ativos; *China Construction Bank Corporation* detendo USD 2,94 trilhões em ativos; *Agricultural Bank of China* detendo USD 2,82 trilhões em ativos e o *Bank of China* detendo USD 2,63 trilhões em ativos. (BANKRATE, 2018).

As quatro instituições compreendem uma soma de ativos da ordem de USD 12,01 trilhões, aproximadamente o mesmo valor do próprio produto interno bruto chinês de 2017 segundo o Banco Mundial, apresentando USD 12,23 trilhões. (BANCO MUNDIAL, 2018).

O Plano de Crédito foi formalmente abandonado em 1998, levando o PBOC a direcionar seu foco nos instrumentos de política monetária, utilizando tais instrumento na inserção de suas políticas econômicas, com práticas cada vez mais estreitas das práticas dos países capitalistas. O PBOC sem o Plano de Crédito passava a deter agora entre as suas principais funções o controle da inflação a manutenção da trajetória de crescimento e a estabilidade cambial. (CARVALHO, 2013, p. 155).

Uma vez que diversos setores da economia chinesa se voltavam cada vez mais ao mercado, eram liberalizados alguns controles do PBOC sobre o sistema financeiro, como demonstra CARVALHO (2013):

“De outra parte as taxas de juros continuaram sendo limitadas diretamente pelo banco central, a despeito da liberalização em curso desde meados da década de 1990. A primeira medida de maior importância foi a liberalização das taxas interbancárias em 1996. As taxas sobre depósitos e empréstimos seriam gradativamente removidas. Até 2004, as taxas de juros definidas pelos bancos comerciais não estavam autorizadas a desviar mais que 10% da taxa de referência definida pelo PBOC” (CARVALHO, 2013, p.156).

Mesmo após o início da passagem de um Estado centralmente planejado para uma economia presente pelo mercado, o Estado mantém sua função coordenadora da economia chinesa, conservando forças de interferência, como se apresenta no sistema bancário

2.1.5 As privatizações

Na China ocorreram fortes movimentos privatizantes a partir de 1997, os quais no seu desenvolver criaram os primeiros capitalistas nacionais, frente a presença das estatais chinesas. Essa manobra é apontada por MORAIS (2017), na passagem onde denota as privatizações: “ trata-se de um processo racionalmente articulado pelo Partido para criar capitalistas a partir de seus próprios rankings ou cooptá-los desde o início de seu surgimento.”. (MORAIS, 2017, p. 6).

As privatizações articuladas pelo Estado, criaram fortes relações o PCCh e os capitalistas, onde, segundo própria pesquisa interna do PCCh, se aponta que 90% dos milionários são familiares em algum grau de liderança dentro do partido. (MORAIS, 2017, p. 6).

O início das privatizações chinesas tomou corpo em 1997, dezenove anos após o início das reformas de Deng Xiaoping, no âmbito do 15º Congresso do PCCh onde CARVALHO (2013) aponta que as privatizações seguiam a expressão “ficar com as grandes e deixar as pequenas”. Tal expressão apresenta que a China buscou privatizar as pequenas e médias empresas (as “pequenas”), formando grandes grupos industriais nos setores que considerava estratégicos na economia (as “grandes”). (CARVALHO, 2013, p. 85).

A economia chinesa apresenta uma interação nas relações entre Estado e a burguesia nacional, com as privatizações sendo executadas somente para os de dentro. As privatizações foram as responsáveis pela consolidação do padrão exportador chinês, e também agentes do desmantelamento de parcela do sistema de seguridade social chinês, o qual demitiu cerca de cinquenta milhões de funcionários de estatais, informalizando trabalhadores, sendo tais reformas apontadas por CARVALHO (2013) como a “reformas com perdedores”. (CARVALHO, 2013, PP. 85-86).

O PCCh utiliza a expressão da reestruturação no espaço de privatização como aponta MORAIS (2017). Tal reestruturação se delineou em um movimento no qual aqueles que se tornariam os novos capitalistas chineses, frequentemente adquiriam os ativos estatais por simples transferências, após uma discricionariedade que não envolvia compras propriamente ditas. Os novos proprietários dos ativos privatizados se caracterizariam por serem indivíduos que já possuíam anteriormente

determinada relação com as estatais “pequenas”, conforme descreve MORAIS (2017):

“Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente eles próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio, levando a literatura a resumir o processo como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada.”. (MORAIS, 2017, p. 10).

Segundo CHAVANCE (2017), do início das privatizações até 2003, as empresas estatais e coletivas se reduziram de 118 mil para 34 mil, com mais de 70% das empresas estatais sendo privatizadas. As estatais estratégicas chinesas são maiormente observadas nos setores de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, energia, siderurgia, bancário, telecomunicação e petroquímica.⁴

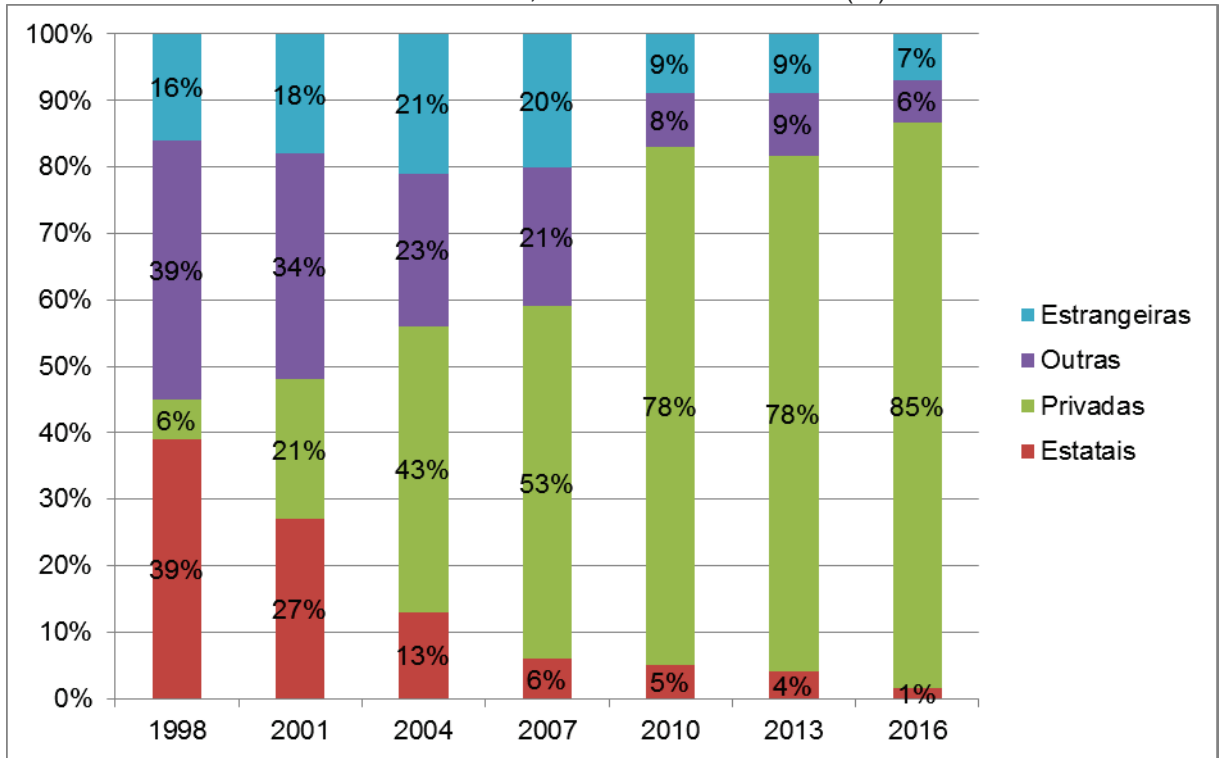
A queda do número das estatais no tempo, mostra que isso levou o Estado a receber pressões da burguesia na tentativa de esses explorarem outros meios de acumulação então regulados, como denota MORAIS (2017) na seguinte passagem:

“Em 1989, o Partido havia sido diretamente confrontado pela burguesia emergente que buscava novas fronteiras para acumulação. Dentre os estratos participando do movimento social de 1989 estavam grupos de interesse que tinham se beneficiado da descentralização dos anos 80 e que vinham pressionando por privatizações e reformas mais radicais[...]é essa mesma fração da burguesia financeirizada que lidera hoje os pleitos por contínuas reformas das estatais chinesas e por liberalização financeira e da conta de capitais.” (MORAIS, 2017, p. 10).

Uma análise de dados aponta para a perda de força estatal no tempo, no tocante referente a distribuição do tipo de propriedade industrial (uma vez que a análise das estatizações recai fundamentalmente sobre as mesmas), e o tamanho relativo de seus ativos na economia como demonstram os Gráficos 2 e 3, com tendência declinante de número e de ativos e participação das estatais.

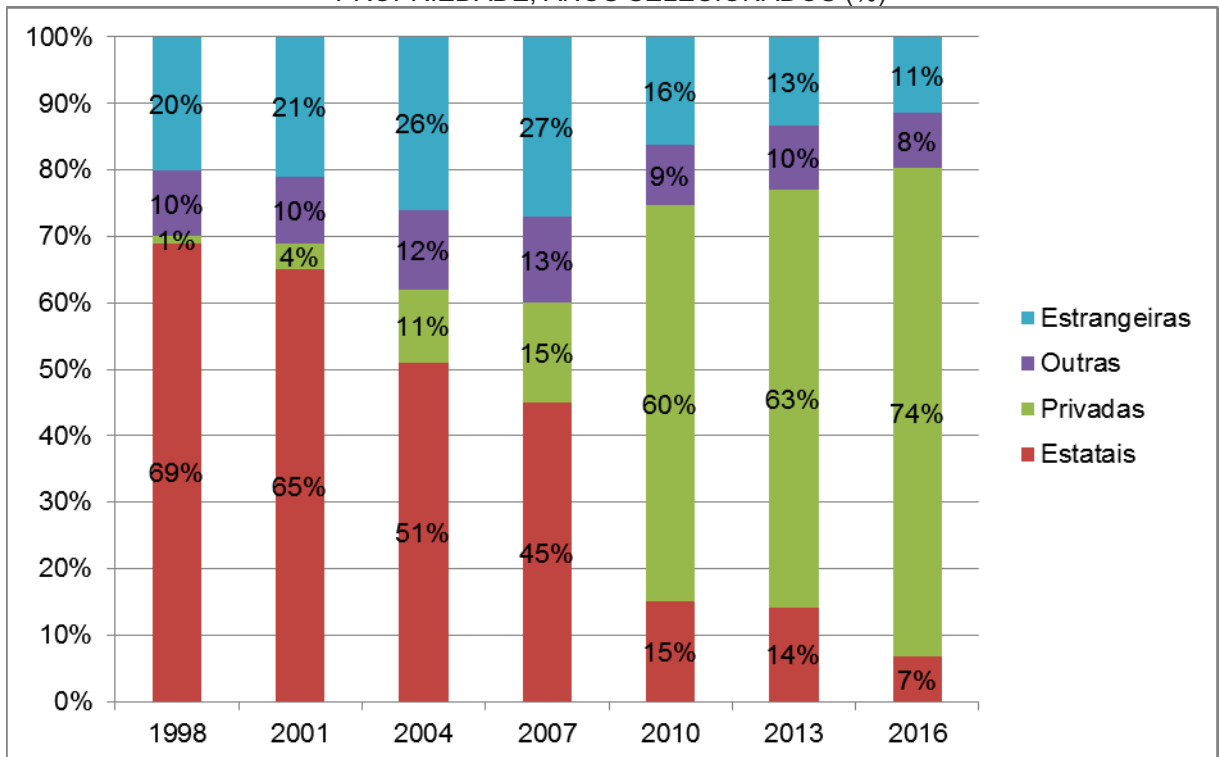
⁴ Ver CHAVANCE, 2017.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NA INDÚSTRIA POR TIPO DE PROPRIEDADE, ANOS SELECIONADOS (%)



FONTE: China Statistical Yearbook, CARVALHO, 2013, p.87. Elaboração própria.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE ATIVOS DA INDÚSTRIA POR TIPO DE PROPRIEDADE, ANOS SELECIONADOS (%)



FONTE: China Statistical Yearbook, CARVALHO, 2013, p.87. Elaboração própria.

Ainda a respeito da tendência apontada nos Gráficos 2 e 3, se defronta no quadro 1, o ranqueamento no tempo das 20 maiores empresas chinesas listadas entre as 500 maiores corporações do mundo em termos de receitas.

Nos Quadros 1 e 2 são contempladas informações baseadas no ranking da Fortune 500, o Quadro 1 com a China de 2007 e o Quadro 2 com a China de 2017.

Os Quadros 1 e 2 compreendem entre si uma defasagem de dez anos os quais apresentam que: em 2007 as 20 maiores empresas chinesas eram compostas em absoluto por estatais; em 2017 se revela a entrada de três corporações privadas no ranking, a *Dongfeng Motors*, *Huawei Investment & Holding* e a *Pacific Construction Group*; em 2017 apresenta-se também entre as listadas a *China Resources*, empresa de capital misto, mas majoritariamente estatal com 51,9% da participação acionária. (BLOOMBERG, 2018).

QUADRO 1 - EMPRESAS CHINESAS NO RANKING DA FORTUNE 500 (2007)

Ordem	Empresas	Classificação no Ranking
1	<i>Sinopec Group</i>	23º
2	<i>State Grid</i>	32º
3	<i>China National Petroleum</i>	39º
4	<i>Industrial & Commercial Bank of China</i>	119º
5	<i>China Mobile Communications</i>	202º
6	<i>China Life Insurance</i>	217º
7	<i>Bank of China</i>	255º
8	<i>Hutchison Whampoa</i>	259º
9	<i>China Souther Power Grid</i>	266º
10	<i>China Construction Bank</i>	277º
11	<i>China Telecommunications</i>	279º
12	<i>Baosteel Group</i>	296º
13	<i>Sinochem</i>	304º
14	<i>Agricultural Bank of China</i>	377º
15	<i>China Railway Engineering Group</i>	441º
16	<i>Cofco</i>	463º
17	<i>China First Automotive Works</i>	470º
18	<i>Shangai Automotive</i>	475º
19	<i>China Railway Construction</i>	485º
20	<i>China State Construction</i>	486º

FONTE: JABBOUR, 2012, p. 239.

QUADRO 2 - EMPRESAS CHINESAS NO RANKING DA FORTUNE 500 (2017)

Ordem	Empresas	Classificação no Ranking
1	<i>State Grid</i>	2º
2	<i>Sinopec Group</i>	3º
3	<i>China National Petroleum</i>	4º
4	<i>China State Construction Engineering</i>	23º
5	<i>Industrial & Commercial Bank of China</i>	26º
6	<i>Ping An Insurance</i>	29º
7	<i>China Construction Bank</i>	31º
8	<i>SAIC Motor</i>	36º
9	<i>Agricultural Bank of China</i>	40º
10	<i>China Life Insurance</i>	42º
11	<i>Bank of China</i>	46º
12	<i>China Mobile Communications</i>	53º
13	<i>China Railway Engineering Group</i>	56º
14	<i>China Railway Construction</i>	58º
15	<i>Dongfeng Motor</i>	65º
16	<i>Huawei Investment & Holding</i>	72º
17	<i>China Resources</i>	86º
18	<i>China National Offshore Oil</i>	87º
19	<i>China Communication Construction</i>	91º
20	<i>Pacific Construction Group</i>	96º

FONTE: Fortune Global 500 List, Elaboração própria.

A evolução das grandes empresas chinesas numa comparação entre os Quadros 1 e 2, apresentam que em 2007, apenas três das vinte maiores figuravam entre as cem maiores do mundo, e em 2017 a sua totalidade já se encontrava tal limite.

A perda do espaço estatal para o privado na China, segundo JABBOUR (2012) não apresenta uma visão pessimista no tocante a força estatal, principalmente a despeito de seu papel no processo inovador, uma vez que tal setor ainda detém em suas maiores empresas o peso da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como apontam duas observações do autor:

“O Estado é o planejador em primeira e última instância desse processo ao viabilizar um ambiente propício à inovação, com induções em matéria de política macroeconômica (câmbio voltado aos interesses nacionais, juros atraentes ao crédito e um sistema financeiro desburocratizado e pronto para a sustentação material do projeto nacional, e não dos interesses do “mercado”. Existe uma diferença muito grande entre um oligopólio que controla o mercado, e para o qual o lucro, naturalmente, é seu objetivo-fim, e outro onde o oligopólio é instrumento do projeto nacional e de uma política

de largo alcance como a China, onde o lucro tem muito mais caracteres políticos do que financeiros.”. (JABBOUR, 2012, pp. 248-249).

“No caso da Ciência e Tecnologia e dos investimentos em P&D, mais uma vez os números corroboram nossa argumentação: 30% do total de atividades em P&D são feitas por centros de pesquisa mantidos pelo Estado. As empresas estatais ou, melhor dizendo, os conglomerados estatais são responsáveis por 27% desse tipo de atividade; as empresas privadas nacionais, somente 7%, e 36% estão centrados em empresas associadas entre Estado e empresas estrangeiras (joint ventures).” (JABBOUR, 2012, p. 255).

Em suma, o Estado possui o peso do planejamento na economia chinesa, no qual as empresas que controla objetivam tal fim, se comportando muito mais em função do Estado do que aos interesses dos capitalistas nacionais formados inicialmente com as privatizações.

2.1.6 O câmbio administrado

A política cambial chinesa, segundo FERRUCCI (2008), vêm a décadas instituindo uma moeda artificialmente desvalorizada para se valer de um maior crescimento econômico.(CAPIELLO; FERRUCCI, 2008, p. 30).

A taxa de câmbio, define MISHKIN (1998), é o preço de uma moeda em relação à outra, a qual afeta a economia e o cotidiano, tal argumentação é desenvolvida pelo autor onde afirma que:

“Quando a moeda de um país se valoriza (seu valor aumenta em relação a outras moedas), os produtos desse país no estrangeiro se tornam mais caros e produtos estrangeiros nesse país se tornam mais baratos (mantendo-se os preços nacionais constantes nos dois países). Ao contrário, quando a moeda de um país se desvaloriza, seus produtos no estrangeiro se tornam mais baratos e os produtos estrangeiros nesse país se tornam mais caros.”(MISHKIN, 1998, pp. 101-103).

Dentre os regimes cambiais passíveis de serem adotados em uma economia se utiliza na economia chinesa, o regime de taxa de câmbio fixa.(CARVALHO, 2013, p. 84).

A China adota tal regime fixo, por razões a serem discutidas, na qual a manutenção de tal regime é conferido ao PBOC, que controla o volume das reservas internacionais em seu ativo contábil de modo a mantê-lo regulado.(CAPIELLO; FERRUCCI, 2008, pp. 10-12).

O regime cambial adotado pela economia chinesa é assentado fundamentalmente no escopo da competitividade de suas exportações, mantendo sua moeda artificialmente desvalorizada, o que a leva a possuir competitividade exportadora. As desvalorizações artificiais foram prática comum nas economias do Leste Asiático nas décadas de 1970 e 1980 na intenção de estimular superávits comerciais promovendo as exportações. (DAMIANI, 2008, p. 22).

A China, uma vez sobre o regime de câmbio fixo, deve se manter disposta sobre o controle de fluxos de capitais em seu balanço de pagamentos (BP), conforme afirma OBSTFELD (2005):

“Em um mundo financeiramente integrado, em que os fundos podem ser transferidos instantaneamente entre os mercados financeiros de diferentes países, as taxas de câmbio fixas não podem ser mantidas de modo confiável no longo prazo, a menos que os países estejam dispostos a manter controles rígidos sobre os movimentos de capital ou, no outro extremo, adotar uma única moeda compartilhada com seus parceiros monetários... .”(KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 443).

Sobre o balanço de pagamentos, OBSTFELD (2005) apontam três tipos de transações que o compõem, composto pelas transações correntes a qual envolve importação e exportação de bens e serviços em termos líquidos; a conta financeira a qual envolve a compra e venda de ativos financeiros, e a conta capital a qual registra as transferências de riqueza entre os países.(KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 229).

O Estado constata no controle cambial, um cenário conveniente a seus objetivos de industrialização, conforme aponta JABBOUR (2012):

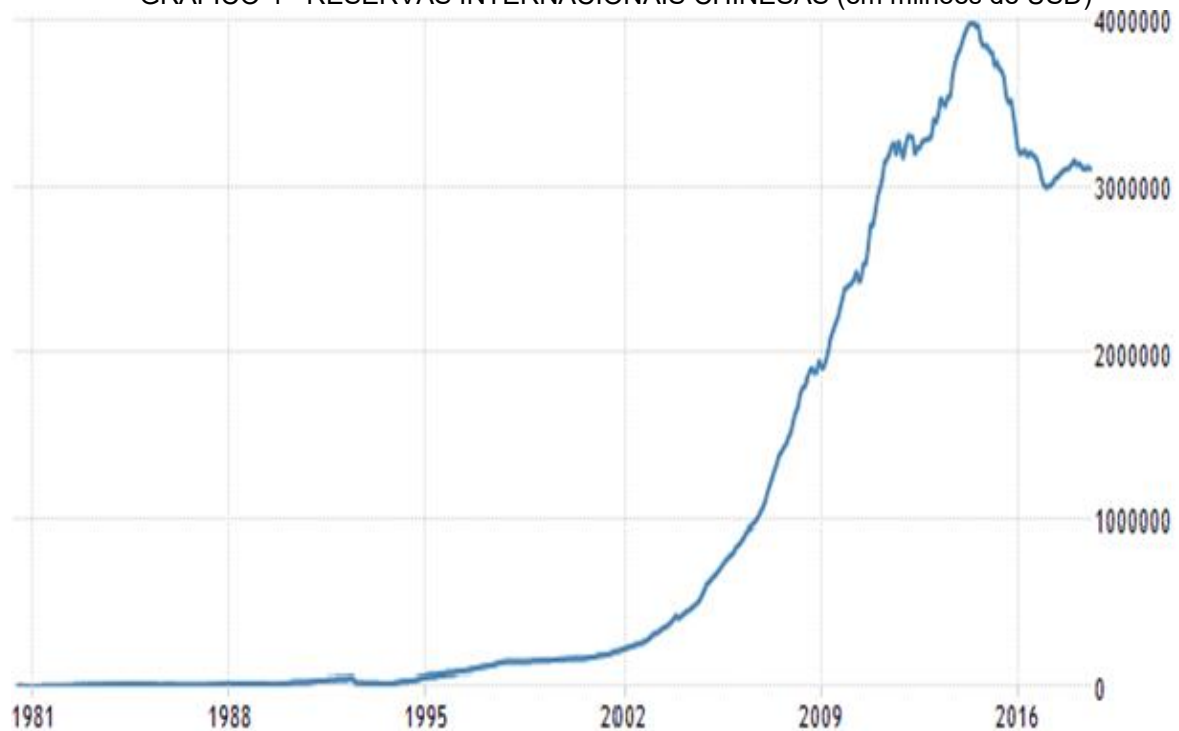
“O câmbio ajustado aos interesses nacionais significa possibilidades – precedidas de uma estratégia de inserção – para o acúmulo de capital que, por sua vez, ao mesmo tempo em que blinda determinado país de choques externos, possibilita o manejo de políticas econômicas atraentes ao crédito e ao consumo, também baseadas em uma política fiscal industrializante.[...]Pode-se afirmar que a manipulação cambial tem sido a principal forma de captação de poder, pela China, tanto regional quanto internacional.”(JABBOUR, 2012, pp. 265-266).

O gráfico 4 expõe as reservas internacionais de dólares americanos em poder da China, a qual no início dos anos 1990 representava a quarta maior reserva mundial de dólares, sendo, já em 2017, a maior no mundo. (BANCO MUNDIAL, 2018)

O volume superavitário das reservas chinesas, explicam a capacidade de manutenção da taxa de câmbio fixo, uma vez que se estivesse em situação reversa, incorreria em déficits que pressionariam sua moeda, mas como ela as têm em excesso, pode simplesmente controlá-la. A China utiliza suas reservas pelo mundo na forma de investimentos diretos, importando bens de capital ou simplesmente se valendo de sua estratégia principal, onde permanece comprando títulos da dívida americana sem se importar em geral com a relação retorno e risco de tais títulos, ganhando adicionalmente a isso seus maiores dividendos políticos atualmente frente os EUA. (JABBOUR, 2012, pp. 266-268).

As origens das reservas chinesas conforme afirma MEDEIROS (1999), derivam notadamente de duas fontes, as exportações industriais e o Investimento Direto Externo na China. (MEDEIROS, 1999, p. 97).

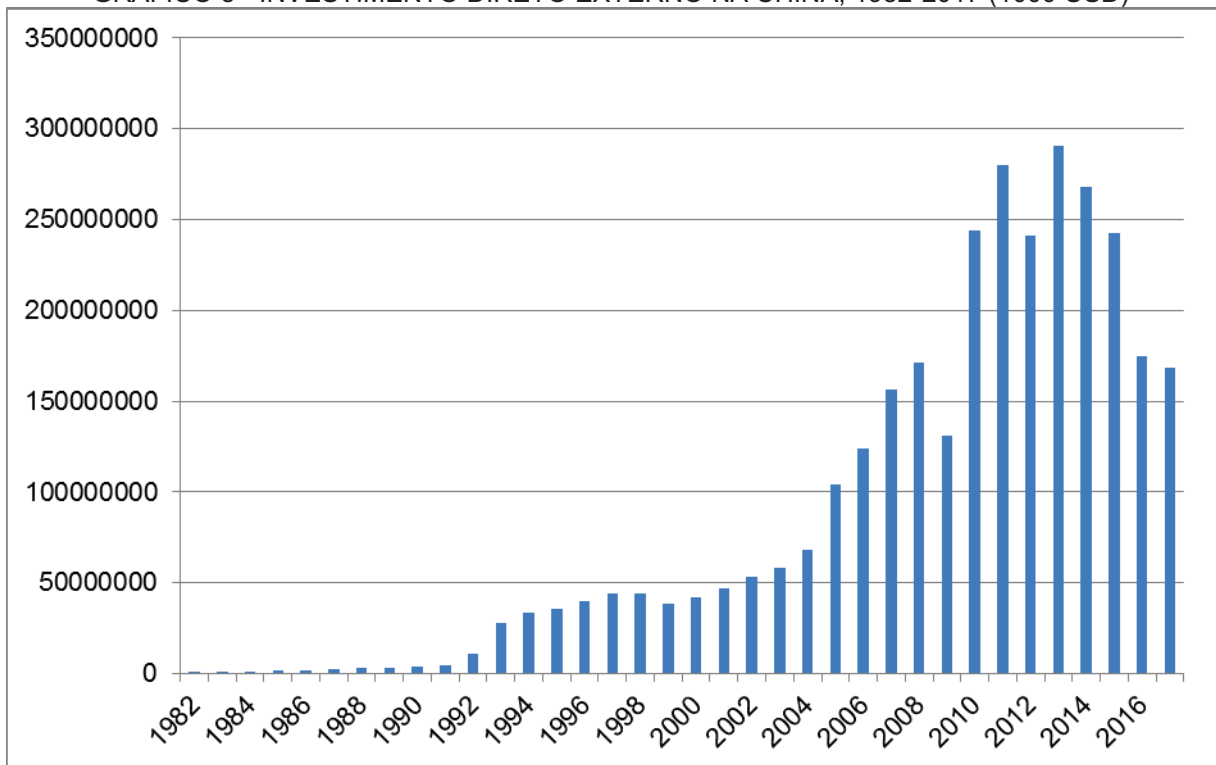
GRÁFICO 4 - RESERVAS INTERNACIONAIS CHINESAS (em milhões de USD)



FONTE: TRADINGECONOMICS (2018).

O Gráfico 5 apresenta a quantidade crescente nas reservas procedentes do IDE, que se elevam acentuadamente após 2001, ano que marca o ingresso chinês no grupo de países da OMC, levando a fluxos cada vez maiores de IDE, atingindo em 2013 o pico histórico resultante de inversões de USD 290,9 bilhões que se incorporaram na economia chinesa. (BANCO MUNDIAL, 2018).

GRÁFICO 5 - INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA, 1982-2017 (1000 USD)



FONTE: Banco Mundial, Elaboração própria.

Para MEDEIROS (1999), o movimento de elevação de IDE na China a partir de 1990, é provavelmente, fruto das “Reformas” e de outras mudanças na China:

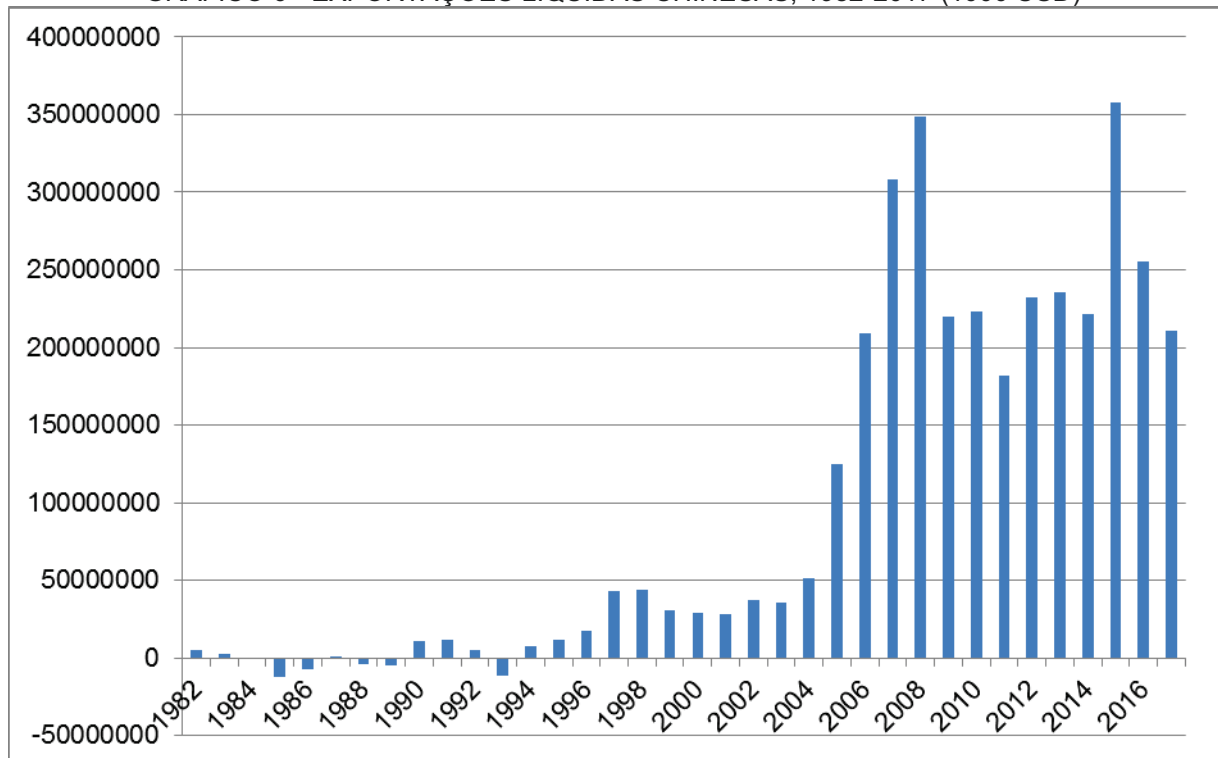
“Talvez a parte mais visível das reformas e das mudanças estruturais chinesas seja a explosão dos investimentos diretos. Esta só ocorreu, entretanto, nos anos 90. Até 1991 o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) permaneceu abaixo de 1% do PIB; sua expansão mais vigorosa ocorreu a partir desse ano. Entre 1978 e 1995, as exportações foram a principal fonte de divisa internacional, responsáveis por mais de 77% das divisas obtidas em 1988, e mais de 81% das divisas obtidas em 1990.”. (MEDEIROS, 1999, p. 97).

O perfil exportador chinês das duas últimas décadas é composto por uma pauta abrangente em produtos advindos do setor terciário, a qual abrange acima de 90% do total das exportações. As exportações chinesas vêm se desenvolvendo a cada período em termos de complexidade, segundo o *Atlas of Economic Complexity of Harvard* de 2017, no qual a China ocupava em 1995 o 50º lugar mundial em seu índice de complexidade econômica referente as exportações, já em 2016 ocupava a 18º posição, refletindo inicialmente as quinquilharias típicas das exportações chinesas nos anos 1990, passando atualmente para um maior perfil tecnológico de maior valor agregado, com grande participação de elementos de

transmissão, telefones móveis, circuitos integrados e peças de máquinas. (HARVARD, “*The Atlas of Economic Complexity*”, 2017, p. 62).

O Gráfico 6 apresenta as exportações líquidas chinesas entre 1982 a 2017 em termos monetários, as quais, como já demonstrado por MEDEIROS (1999), sofreram influências visíveis das “Reformas” a partir de 1990, onde se observa a partir do gráfico uma relativa estabilidade e elevação seus valores líquidos a partir de dado momento. Corroboram também para as elevações dos termos líquidos, a afirmação do *Atlas of Economic Complexity of Harvard* de 2017, no qual a China passa a um maior valor agregado de seus produtos no tempo.

GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS CHINESAS, 1982-2017 (1000 USD)



FONTE: Banco Mundial, Elaboração própria.

Em 1980, as exportações chinesas correspondiam a cerca de 0,9% das exportações mundiais. Em 1990 passou essa participação para 1,8% e chegando a 3,9% em 2000. A China assume em 2008 a posição de segunda maior economia exportadora mundial, o que representou naquele ano 8,9% das exportações mundiais. Em 2017 a China já ocupa a posição de maior economia exportadora mundial, exportando USD 2263 bilhões, contra o segundo maior exportador, os Estados Unidos, com USD 1547 bilhões. (HOWMUCH, 2018).

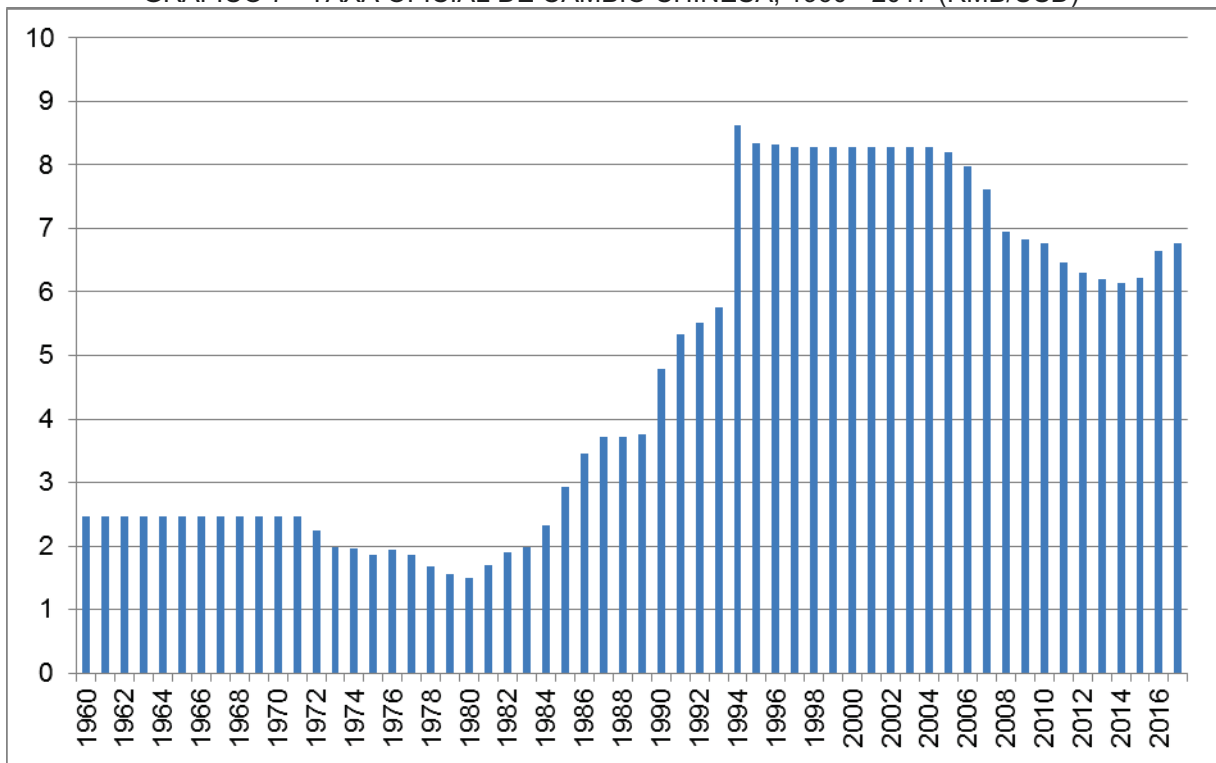
2.1.6.1 Métodos de controle da taxa de câmbio

A preferência do Estado chinês em não adotar uma política de câmbio flutuante implica processo de intervenção da parte desses sobre algumas variáveis econômicas. Dentre os benefícios que a moeda chinesa, o yuan (RMB) controlado oferecem, se destaca a já abordada competitividade internacional de preços acrescida de uma âncora sobre os preços domésticos, evitando uma economia inflacionária em decorrência de importações cada vez mais caras num cenário de valorização crescente da moeda nacional como expõe DAMIANI (2008):

“O controle de sua taxa de câmbio em princípio ajudou o país a combater a inflação alta no início dos anos 1990, mas foi demonstrar sua força depois da crise asiática de 1997. Além de não ter sofrido muito com a crise, o país, a partir daí, consolidou a estratégia de export led growth e angariou uma taxa de crescimento das exportações em relação ao PIB em 20% ao ano.”(DAMIANI, 2008, p. 30.)

O Gráfico 7 apresenta a desvalorização iniciada nos anos 80 sobre o yuan, onde o câmbio desvalorizado foi congelado a partir de 1995 até 2005, com média levemente superior à 8 RMB por USD. A partir de 2005 o yuan passa se valorizar gradativamente chegando a uma elevação de aproximadamente 34,7% fruto de uma decisão de “reforma cambial” que se estende até 2014, embora seja um valor quase que inexpressivo considerando-se os fluxos dos superávits chineses em um período de 9 anos. Em 2014 o yuan passa novamente por uma inflexão e apresenta até a atualidade uma tendência de novas desvalorizações. (CAPIELLO; FERRUCCI, 2008, p. 11).

GRÁFICO 7 - TAXA OFICIAL DE CÂMBIO CHINESA, 1960 - 2017 (RMB/USD)



FONTE: Banco Mundial, Elaboração própria.

Ocorria na China, além das políticas de desvalorização cambial, a existência de uma segunda taxa de câmbio, paralela ao sistema em geral, ainda mais competitiva frente o câmbio oficial, se aplicando nos limites da ZEEs, perdurando até 1994 quando se decidiu pela unificação das taxas, conforme destaca MEDEIROS (1999):

“O impressionante crescimento das exportações chinesas contou com uma política essencial: em 1984 o Yuan foi desvalorizado e estabeleceu-se um mercado dual de câmbio. O oficial, administrado como uma taxa flutuante e o “mercado de swaps” com acesso restrito às empresas das ZEE e *tradings*. Nesse mercado a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada.”(MEDEIROS, 1999, p. 108).

Conforme aponta DAMIANI (2008), o PBOC, mantém controle ativo das instituições financeiras do país na busca de atingir seus objetivos de política cambial:

“...instituições financeiras e bancos comerciais são impedidos de ultrapassar uma banda de captação de moeda estrangeira. Diariamente, o Banco do Povo (PBOC) publica taxas de câmbio do yuan com o dólar e outras importantes moedas baseando-se nas taxas de câmbio dos dias anteriores. Depois, utiliza essas taxas como referência para regular a demanda por moeda e ajustar o crescimento das reservas, usando, para tal, operações de mercado aberto e políticas de desconto.”(DAMIANI, 2008, p. 30).

A China se vale de tais políticas cambiais para estimular suas exportações, que pouco a pouco se encaminham para uma menor importância ao passo que sua economia se desenvolve mais, num movimento onde, segundo EICHENGREEN (2004) abandonarão tais políticas de controle se em dado momento do tempo elas começarem a fazer menos pelas exportações e mais pelos riscos financeiros.(EICHENGREEN, 2004, p. 26).

3 RELAÇÕES ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E AS “REFORMAS ECONÔMICAS”

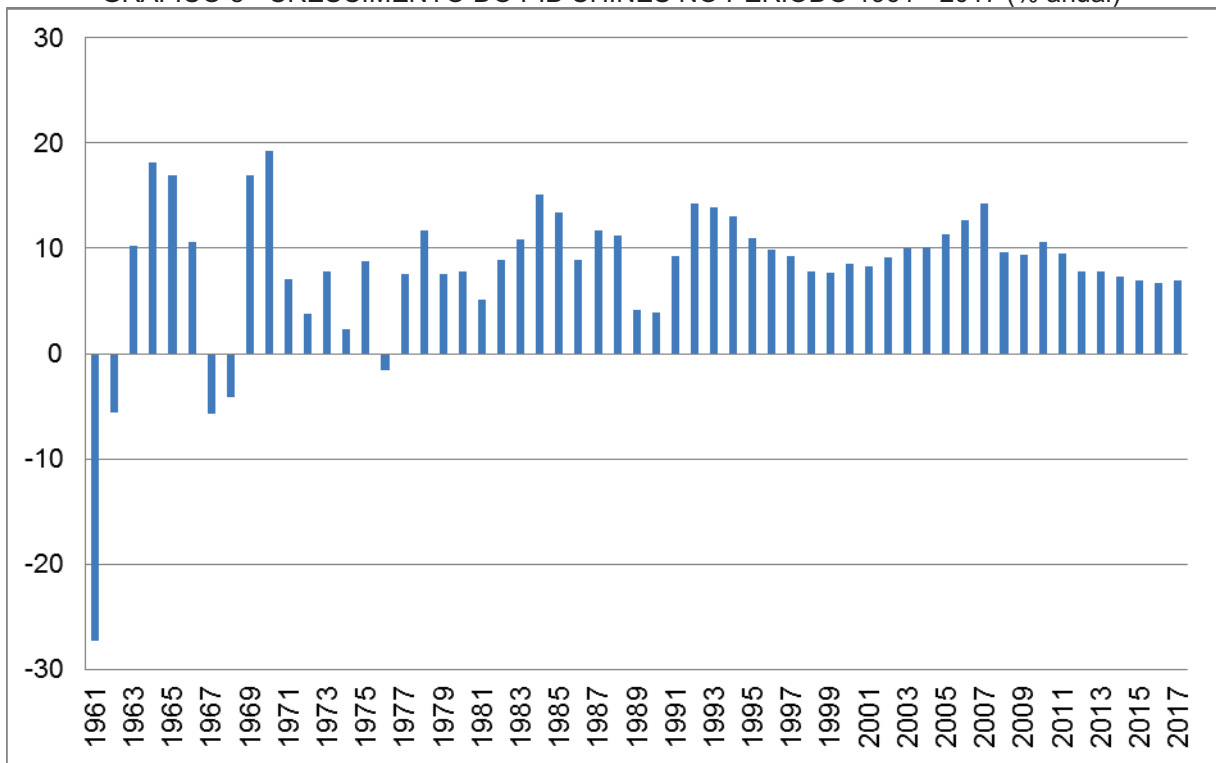
Nesta seção serão estudadas as possíveis relações, positivas ou negativas, das “reformas econômicas” sobre o crescimento econômico chinês. primeiramente será analisado o comportamento do PIB no período. A seguir serão estudados os efeitos das políticas econômicas propostas a partir de 1978 sobre o produto. A importância da presente seção será investigar a evolução de alguns dos indicadores que, possivelmente, podem apresentar relações com o crescimento da economia chinesa nos últimos quarenta anos.

3.1 EFEITOS SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB.

A China apresenta um período de crescimento econômico estável em suas estatísticas desde 1978, e especialmente a partir da sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 – com maior abertura comercial ao mundo, invertendo, ao menos no aspecto comercial, a sua anterior característica de possuir poucas relações com outras nações. (CARVALHO, 2013, p, 140).

Apresenta-se no Gráfico 8, o crescimento anual do PIB (%) da China, em que se observam instabilidades no período anterior a 1978, com valores negativos em 5 anos do período abordado a partir de 1961. As quedas reais no produto, presentes no Gráfico 8, embora sejam seguidos de saltos de crescimento, demonstram a instabilidade em tal período. Partindo de 1978, com o início das “Reformas Econômicas”, o ritmo de crescimento não apresentou variações negativas em um período de 39 anos. Com o crescimento médio de 9,6% ao ano, o produto avançou 38,55 vezes entre 1978 e 2017, com picos acima de 10% em 16 anos selecionados. O menor ano de crescimento, a partir de 1978, se deu em 1990 apresentando um avanço de 3,9%.

GRÁFICO 8 - CRESCIMENTO DO PIB CHINÊS NO PERÍODO 1961 - 2017 (% anual)

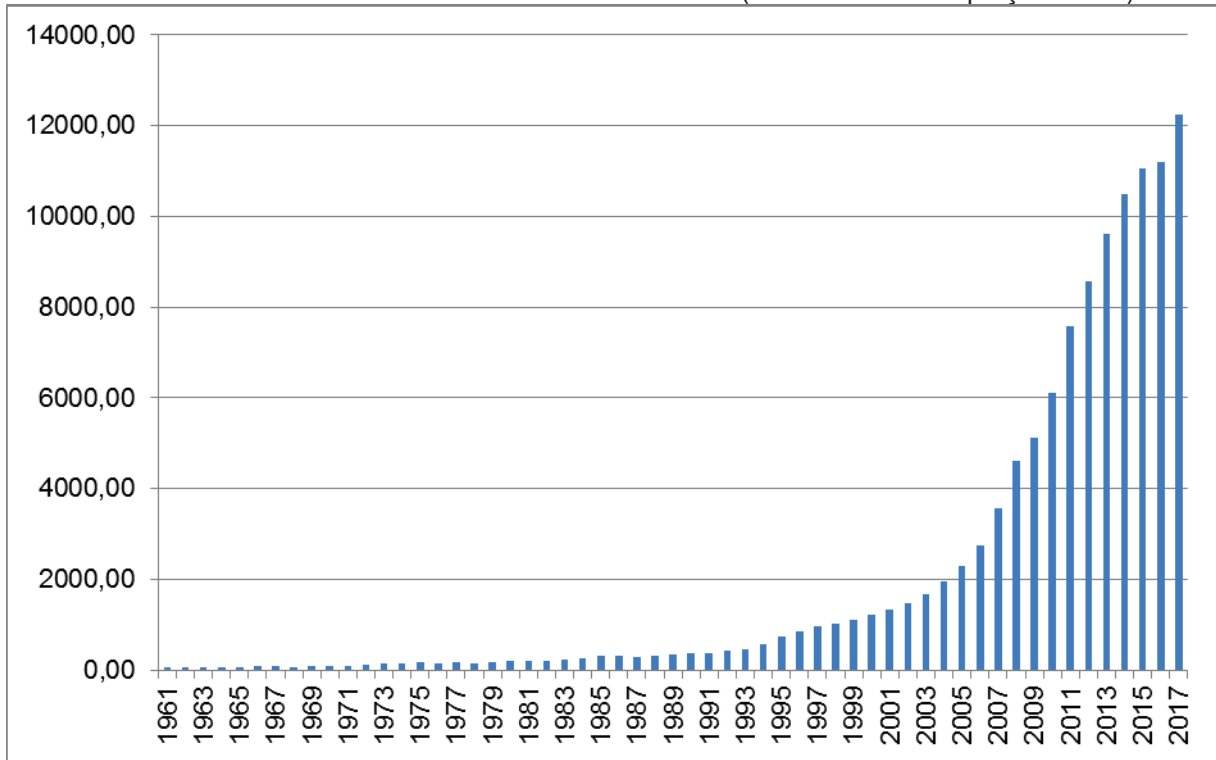


FONTE: Banco Mundial. Elaboração própria.

Desde 2012 a China apresenta, em média, 7% de crescimento ao ano. De acordo com CASTRO (2017), este patamar é entendido como o “novo normal” chinês em relação a crescimento do produto. Por outro lado, as autoridades chinesas afirmam que a economia está adentrando em novos patamares (mais moderados) de crescimento, estabilidade e continuidade das reformas. (CASTRO, 2017, p. 41)

A partir do Gráfico 9 se apresenta o produto real chinês, o qual não apresenta, entre o período de 1978 e 2017, dados negativos.

GRÁFICO 9 - PIB CHINÊS NO PERÍODO 1961 - 2017 (Bilhões de USD a preços atuais)



FONTE: Banco Mundial. Elaboração própria.

3.2 AS REFORMAS ECONÔMICAS E OS IMPACTOS NA ECONOMIA.

Ao observar o momento de aplicação das seis políticas reformistas abordadas na segunda seção, pode-se avaliar suas possíveis influências no cenário do crescimento. Inicialmente, pode ter influenciado na criação inicial de um ambiente de estabilidade econômica na China: (i) a dissolução das comunas e adoção do sistema de responsabilidade familiar; (ii) a expansão das TVEs e (iii) a criação das ZEE's.

CARVALHO (2013) destaca que as três políticas, iniciadas no mesmo período, em 1979 trouxeram estabilidade e aumento da produtividade no campo, após a dissolução das comunas. A abertura de mercados para comercialização agrícola, levou a própria população a comercializar de acordo com suas próprias necessidades, além de conseguir gerar excedentes, permitindo a produção industrial interna, a qual poderia ser trocada por manufaturas. (CARVALHO, 2013, p. 67).

As TVE's foram responsáveis, no período, pela geração de empregos e abastecimento da população rural com seus produtos. Ainda sobre a dissolução das comunas, MACHADO (2013) indica que, no circuito das ZEE's, estas abriram canais de comercialização, fabricando essencialmente produtos exportáveis, os quais

produziam utilizando insumos que, muitas vezes, eram gerados nas próprias TVE's (MACHADO, 2013, p. 139).

Em suma, infere-se que as políticas se apresentam como interdependentes em algum grau, onde o seu funcionamento parece ser fruto da articulação que a existência do mercado possibilitou entre as mesmas.

Um novo aprofundamento da presença do mercado na economia chinesa se inicia novamente a partir de 1997, ano em que as privatizações se aceleram. As privatizações permitiram que o PIB pudesse reverter a tendência de desaceleração do crescimento a partir de 1999. Destaca-se, ainda, o fato de que as empresas privatizadas em 1997 já eram beneficiadas por um sistema bancário mais especializado na China, contribuindo esta estrutura financeira com a economia em geral.(CARVALHO, 2013, p. 138).

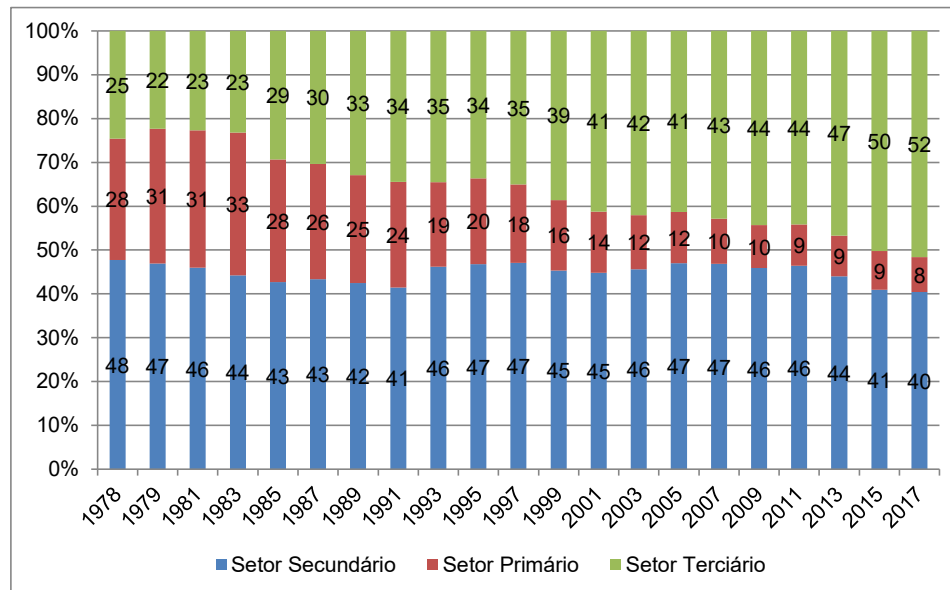
A última política a ser abordada se refere ao controle do câmbio, o qual efetivamente fortaleceu a competitividade industrial exportadora, que se desenvolvia através das outras cinco políticas, mantendo um câmbio artificialmente desvalorizado. Conforme abordado por DAMIANI (2008), esta política de câmbio fixo levava ao controle das contas do balanço de pagamentos chinês, o que, além de manter equilibrado o nível das reservas, permitiu ao Estado suprimir movimentos especulativos na sua moeda em momentos de crise generalizada. Isto se deu em 1997, com a crise dos "Gigantes Asiáticos", no qual o produto que já crescia a taxas declinantes desde 1992, ainda obteve uma taxa de 9,2% de crescimento. (DAMIANI, 2008, p. 30).

Uma redução maior na taxa de crescimento somente voltou a ocorrer na crise de 2008, em que o maior problema não residiu em algum ataques especulativos a sua moeda, mas sim sobre a redução das importações de seus maiores parceiros comerciais, dada a retração do consumo gerado na crise (DAMIANI, 2008, p. 30).

Durante o período de 1978 a 2017, os três setores produtivos da economia chinesa crescem em valores absolutos, em termos de geração de receitas. Embora o perfil setorial se alterasse no tempo, como se apresenta no Gráfico 10, em que o setor secundário chinês, que ocupava 48% na composição do valor adicionado ao PIB em 1978, se encontra, em 2017, próximo 40%. Quanto ao setor primário, ocupa menores parcelas no valor adicionado chinês, passando de 28% em 1978, para somente 8% em 2017, possivelmente consequência das reformas, as quais

priorizavam a formação da indústria. Sobre o setor terciário, este é o único que apresenta crescimento relativo no tempo, passando de 25% em 1978 para 52% em 2017, de tal forma que cada vez mais toma o espaço das outras esferas produtivas chinesas, provavelmente sendo reflexo da urbanização e de sua industrialização, a qual reivindica o papel dos serviços.

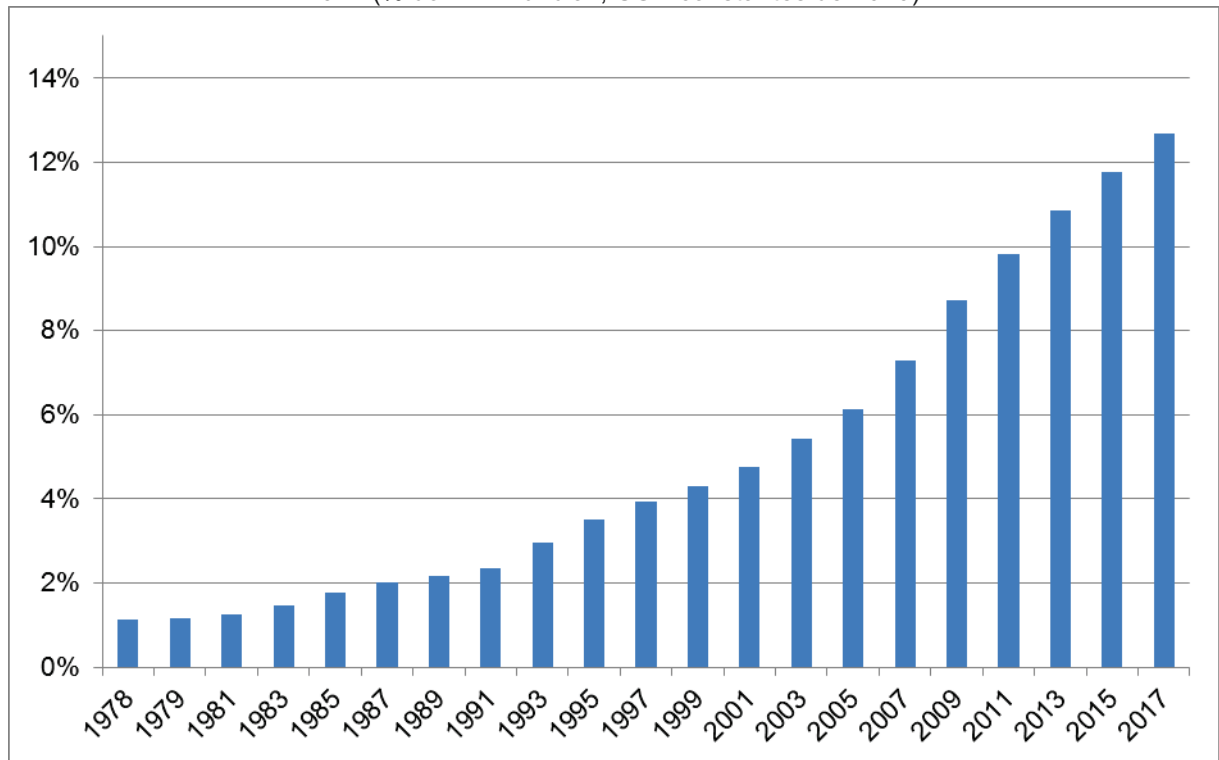
GRÁFICO 10 - VALOR ADICIONADO POR SETOR, ANOS SELECIONADOS 1978-2017 (% do PIB)



FONTE: Banco Mundial. Elaboração própria.

Verifica-se no Gráfico 11 que a China a cada ano assume uma maior participação no produto mundial, dado que cresce a taxas elevadas desde 1978, ocupando desde 2009 a posição de segunda maior economia do mundo, conforme aponta o BANCO MUNDIAL (2018).

GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO DO PIB CHINÊS NO PIB MUNDIAL, ANOS SELECIONADOS 1978-2017 (% do PIB mundial ; USD constantes de 2010)

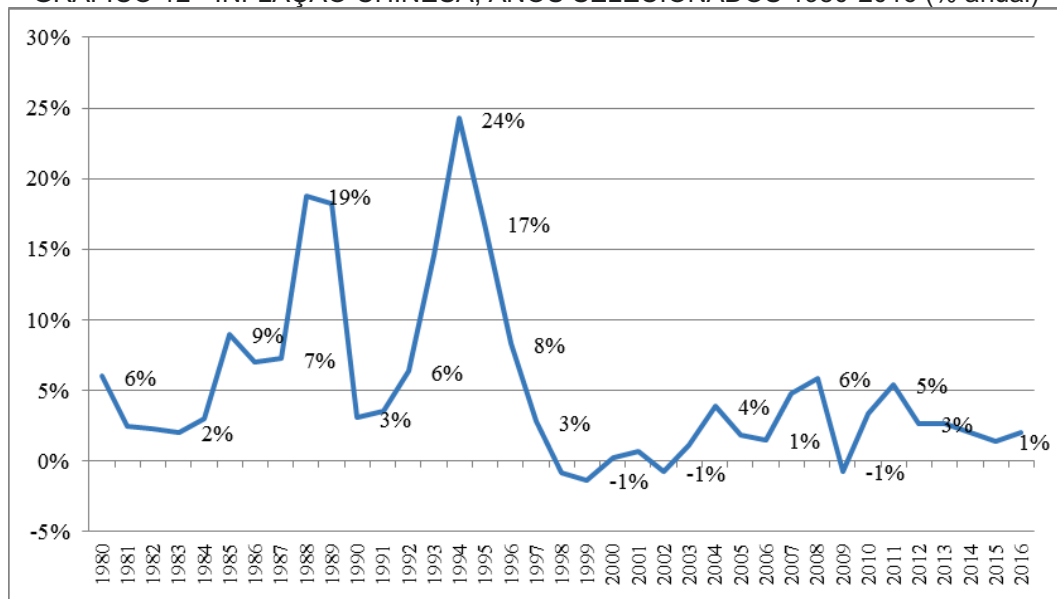


FONTE: Banco Mundial. Elaboração própria.

A respeito da inflação chinesa, essa não demonstra grandes instabilidades, excetuando-se alguns movimentos ascendentes mas passageiros verificados na década de 80 e 90 como se apresenta no Gráfico 12. (CARVALHO, 2013, p. 99).

O sistema de preços chinês apresenta de 1997 à 2017 uma taxa de crescimento médio da inflação de 1,92% a.a., contando com quatro períodos da série apresentada assinalados por deflação, os quais não se manifestaram com tendências duradouras.

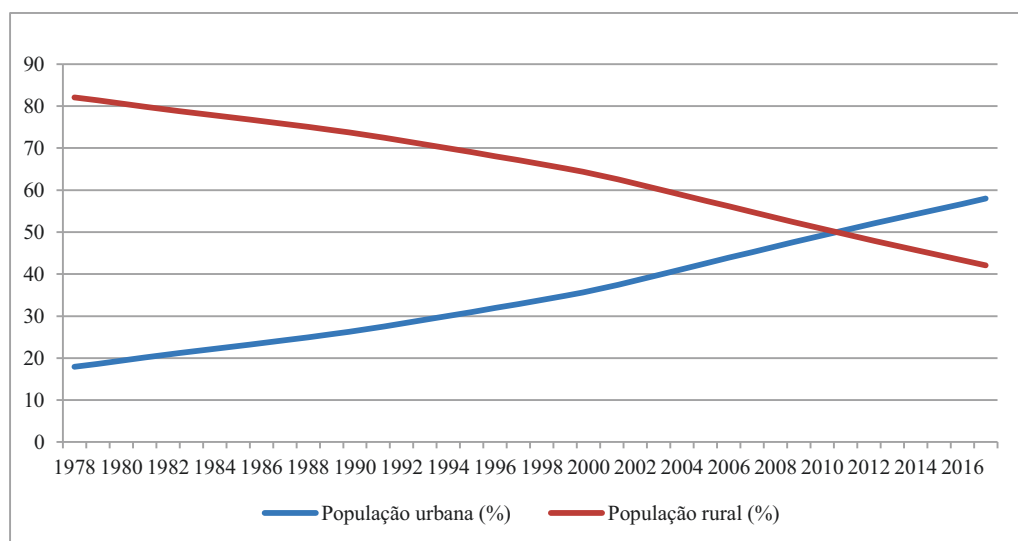
GRÁFICO 12 - INFLAÇÃO CHINESA, ANOS SELECIONADOS 1980-2016 (% anual)



FONTE: Banco Mundial. CARVALHO, 2013. Elaboração própria.

A sociedade chinesa apresentava uma população rural em 1978 correspondente a 82% do total de seus habitantes, e sendo em 2017 correspondente a 42%. A sociedade chinesa somente passou a uma população majoritariamente urbana a partir de 2011, quando ocorre uma inflexão. As informações da evolução do local domiciliar chinês podem ser observados no Gráfico 13.

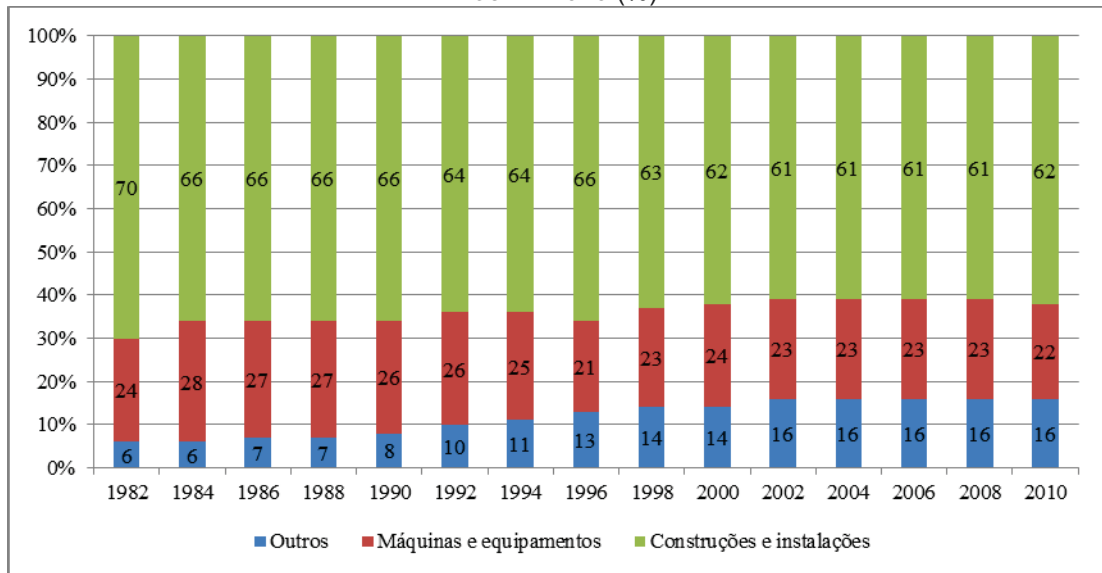
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CHINESA POR LOCAL DE DOMICÍLIO, ANOS SELECIONADOS 1978-2017



FONTE: Banco Mundial, 2018. Elaboração própria.

Entre 1982 e 2010, a composição do investimento em ativos fixos na China, que é uma aproximação da Formação Bruta de Capital Fixo segundo aponta CARVALHO (2013), se manteve com preponderância do investimento em construções e instalações, como se apresenta a partir do Gráfico 14, onde em 1982, assumia uma participação de 71%, caindo para 62% em 2010. O segundo componente mais presente foi da categoria máquinas e equipamentos, correspondendo a 24% em 1982, passando a 22% em 2010. (CARVALHO, 2013, p. 98).

GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO EM ATIVOS FIXOS ENTRE 1982 E 2010 (%)



FONTE: CARVALHO, 2013.

CARVALHO (2013) sintetiza que o investimento em ativos fixos na China, desde as “Reformas Econômicas”, constrói uma infraestrutura que impacta positivamente o componente da demanda, além de gerar um impacto sistêmico que cria condições para a expansão da economia, reduzindo custos de produção assim como possíveis pressões inflacionárias sobre os custos de produção. A partir do componente de investimento em ativos fixos, se apresenta mais uma característica que, possivelmente, corroborou ao crescimento da economia chinesa no período das “Reformas Econômicas”. (CARVALHO, 2013, p. 99).

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi o de buscar as possíveis relações de políticas econômicas chinesas do período das “Reformas Econômicas” sobre o crescimento da sua economia no período de 1978 a 2017.

Para este fim foi apresentado inicialmente a evolução dos acontecimentos históricos que conduziram a China de um sistema Imperial a uma República Popular. A nova forma de organização política chinesa iniciou em 1978 as “Reformas Econômicas”, políticas marcadas pelo seu caráter gradualista, combinadas com elementos de mercado característicos das economias capitalistas.

Dentre as políticas praticadas nas reformas, este estudo selecionou seis. A primeira política abordada, (i) a dissolução de um sistema comunal e a adoção de um sistema familiar, permitiu a elevação da produtividade agrícola. A maior produtividade agrícola na China gerava excedentes, os quais permitiram o surgimento de setores não ligados a produção de subsistência. Ao mesmo tempo se aplicavam duas políticas industrializantes, (ii) as TVEs e (iii) as ZEEs. As TVEs eram indústrias construídas no próprio meio rural (onde se encontrava a parcela majoritária da força de trabalho, na época de sua implantação). As ZEEs formaram aglomerados industriais urbanos na costa litorânea chinesa focados na exportação. A quarta política, a (iv) reforma bancária, levou a criação de quatro grandes bancos estatais subordinados ao Plano de Crédito que fomentava a industrialização já iniciada. A quinta política, (v) de privatizações, formou os primeiros capitalistas nacionais, aprofundando os elementos de mercado característicos das reformas. As cinco políticas anteriores estimularam a industrialização e o crescimento do produto chinês, baseados em grande parte sobre a exportação. A competitividade industrial exportadora chinesa no período, foi protegida na sucessão de cada uma das reformas pela última política abordada, a (vi) administração cambial.

No referido período, após iniciadas as reformas, verificou-se um ritmo de crescimento não observado anteriormente na economia chinesa. As seis políticas estudadas organizaram um mercado. A medida em que foram implantadas elas demonstravam algum grau de interdependência. Desde 1978, o cenário das reformas foi condizente com um produto chinês que assumiu uma trajetória caracterizada por estabilidade e alto crescimento, apontando para a importância dessas na dinâmica do crescimento econômico chinês.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Datos sobre las cuentas nacionales**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>>.

Acesso em: 02 Out. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Inversión extranjera directa, entrada neta de capital**. Disponível em : < <https://datos.bancomundial.org/indicador/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=2017&locations=cn&start=1982&view=chart>>. Acesso em: 03 Out. 2018.

BANKRATE. **The largest banks in the world**. Disponível em: <<https://www.bankrate.com/finance/banking/largest-banks-in-the-world-1.aspx>> . Acesso em: 02 Out. 2018

BLOOMBERG. **Company Overview of China Resources (Holdings) Co., Ltd**. Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=20822913>>. Acesso em: 20 Set. 2018.

CAPIELLO, L; FERRUCCI, G. **The Sustainability of China's Exchange Rate Policy and Capital Account Liberalization**. European Central Bank Occasional Paper Series, n 82, 2008. Disponível em : < <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp82.pdf>>. Acesso em : 15 Out. 2018.

CARVALHO, M. H. de. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia e Política Internacional do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, D. **China e as Conexões do Desenvolvimento: questões de economia, sociedade e política**. Revista tempo do mundo, v. 3, n. 2, pp. 37-82. (jul. 2017). Ipea, 2017.

CHAVANCE, B. **Ownership Transformation and System Change in China**. Revue de la régulation, v. 21, 1º semestre, 2017.

DAMIANI, D. A. **Os efeitos da taxa de câmbio no crescimento econômico: uma comparação entre países emergentes e países desenvolvidos**. Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <[http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes %20Mestrado/135% 20-%20Danie I%20Neves%20Damiani.pdf](http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/135%20-%20DanieI%20Neves%20Damiani.pdf)>. Acesso em: 13 Out. 2018.

ERICKSON, R. J. **Development of the Strategy of Peaceful Coexisting During the Khrushchev Era**. ASPJ Journals, v. 24, n. 1-6, Air University, 1973. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ/journals/1973 _Vol24_No1-6/1973_Vol24_No2.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

FAIRBANK; GOLDMAN. **China: uma nova história**. Trad. Marisa Motta, Porto Alegre: L&PM, 2006.

HARVARD UNIVERSITY. **The atlas of economic complexity**. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/static/pdf/atlas/AtlasOfEconomic Complexity _Part_I.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2018.

HOWMUCH. **The World's Top Exporters in 2017**. Disponível em: <<https://howmuch.net/articles/largest-exporting-countries-2017>>. Acesso em: 03 Out. 2018.

JABBOUR, E. **China hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Prática**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MACHADO, R. P. **China Passado e Presente**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.

MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long Run: 960-2030 AD**. Paris: OECD, 2007.

MEDEIROS, C. A. de. **Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China**. Revista de Economia Política, v. 19, n 3 (75), julho-setembro/1999. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/75-7.pdf>. Acesso em 04 Out. 2018.

MISHKIN, F. S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 2000 (tradução da 5ª edição americana de 1998).

MORAIS, I. N. de. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. Tese – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MORAIS, I. N. de. **Estado e Capital em uma China com Classes**. Texto para discussão, n. 029, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0292017nogueira.pdf>> Acesso em: 21 Jun. 2018.

NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: transitions and growth**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

O'NEIL, J. **O mapa do crescimento. Oportunidades econômicas nos BRICS e além deles**. São Paulo: Globo, 2012.

XIAOPING, D. **Selected works (Vol. II, 1975-1982)**. Beijing: People's Press, 1993b.

XIAOPING, D. **Selected works (Vol. III, 1982-1992)**. Beijing: People's Press, 1993c.

XIAOPING, D. **Selected works (Vol. I, 1938-1965)**. Beijing: People's Press, 1993a.

YUSUF, S. **China's Macroeconomic Performance and Management during Transition**. Journal of Economic Perspectives, v. 8, 1994, pp. 71-92. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.8.2.71>>. Acesso em : 27 Set. 2018.

SITES CONSULTADOS

Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>.

BankRate. Disponível em: <<https://www.bankrate.com/>>.

Bloomberg. Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/>>.

Harvard University. Disponível em: < <https://www.harvard.edu/>>.

HowMuch. Disponível em: < <https://howmuch.net/>>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>.

National Bureau of Statistics of China. Disponível em: < <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/annualdata/>>.

SIBI/UFPR. Disponível em: < <https://www.portal.ufpr.br/>>.

The People's Bank of China. Disponível em : <<http://www.pbc.gov.cn/english/130437/index.html>>.

Trading Economics. Disponível em < <https://tradingeconomics.com/>>.